



I. MARXISMO X ANARQUISMO: o lugar da política

ARIOSVALDO DA SILVA DINIZ

II. A PARAÍBA: da conquista à penetração do sertão

JOSÉ APOLINÁRIO DO NASCIMENTO

III. EXPANSÃO CAPITALISTA NO CEARÁ: o papel das ferrovias
nas modificações advindas desta expansão

RUBISMAR MARQUES GALVÃO

IV. TÓPICOS DA HISTÓRIA URUGUAIA

FRANCISCO DAS CHAGAS AMARO DA SILVA

CAJAZEIRAS/JANEIRO/1985

APRESENTAÇÃO

Textos de História vem à lume para preencher, em parte, o vazio, a inércia e o marasmo característico de uma comunidade acadêmica que não possui nenhum espaço para publicação e veiculação de idéias.

Neste sentido, a nossa revista pretende criar um espaço de produção em torno do qual se forme um núcleo de professores e alunos constantemente preocupados em discutir a teoria e a prática dos profissionais na área de História.

Ao divulgar e debater textos elaborados no Curso de História, a nossa publicação cumprirá uma função vital, qual seja, a de dinamizar a nossa vivência acadêmica, tornando-a mais sintonizada com as questões candentes da ciência histórica e com a realidade circundante.

Pensar a realidade específica em que estamos inseridos, produzir e divulgar conceitos que permitam compreendê-la, deve ser uma preocupação constante dos colaboradores. Se a revista cumprir tal desígnio, estará, em nossa opinião, justificada a sua existência.

Textos de História é uma publicação do Curso de História, resultando daí que não ser entendida como instrumento de manipulação de qualquer facção ou grupo político. As suas páginas estarão abertas para divulgar matérias de quem quer que seja, desde que cumpra as mínimas exigências delineadas pela equipe.

Este primeiro número contém quatro artigos, todos eles de professores do Curso de História do Campus V da UFPB.

M A R X I S M O X A N A R Q U I S M O
O L U G A R D A P O L Í T I C A

ARIOSVALDO DA SILVA DINIZ*

* Professor do Curso de História da UFPb - Campus V

Cajazeiras - Paraíba

MARXISMO versus ANARQUISMO: O LUGAR DA POLÍTICA

I - INTRODUÇÃO:

Este artigo pretende reconstruir e analisar alguns aspectos das divergências surgidas entre marxistas e anarquistas no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.:1864 - 1872), tendo como locus privilegiado a questão política. Pretender-se-á, numa primeira aproximação, sublinhar alguns pontos das divergências existentes entre as duas doutrinas, principalmente no que tange à questão do Estado de transição. Num segundo momento, procurar-se-á estabelecer as possíveis pontes de ligação ou os momentos de ruptura total entre os dois ideários políticos.

Inicialmente, poder-se-ia perguntar por que o interesse em reconstruir e rever eventos históricos já tão recuados no tempo? Qual a atualidade e importância das discussões travadas naquele momento? Por que multiplicam-se os estudos e interesses - pelo menos na Europa e E.U.A. - sobre as divergências históricas entre marxistas e anarquistas?

Parece que na raiz das divergências entre anarquistas e marxistas (a questão do Estado de transição), encontra-se muitos subsídios para explicar o fenômeno da degenerescência do socialismo realmente existente, para usar uma expressão **cunhada** por Rudolf Baharo.

Sem dúvida, a crise política por que passam as esquerdas no mundo atual se resume numa descrença ou desencanto pelo modelo de socialismo implantado até hoje. Como dizia Noberto Bobbio, o paradoxal é que onde se implantou o socialismo não há democracia e onde existe democracia política a igualdade econômica é uma falácia. Ainda que se tenha reparos a fazer a esta colocação de Bobbio, um fato ninguém pode negar: nos países onde os trabalhadores ousaram tomar o poder, em nome do socialismo, este mesmo poder se converteu numa força estranha, colocada acima

e independente do controle dos trabalhadores, capturado (o poder) que foi pelos dirigentes do partido, que passaram a governar despoticamente a tudo e a todos. Assim, a ditadura do proletariado se transformou em ditadura dos dirigentes sobre o conjunto do proletariado.

Seria o caso de se indagar então por que todas as revoluções proletárias - ou pelo menos feitas em seus nome - se desviaram dos seus propósitos iniciais, assumindo conotações burocratizantes, centralistas e autoritárias? Será que há uma incompatibilidade congênita entre socialismo e democracia? Estas degenerescências do socialismo realmente existente são frutos de deformações e interpretações equivocadas do marxismo (pense-se no stalinismo e suas variantes) ou correspondem à lógica própria daquela doutrina política? Em outros termos, o marxismo é um discurso intrinsecamente autoritário e, portanto, quando empregado como modelo de sociedade só poderia redundar nisso que aí está?

As fricções surgidas entre marxistas e libertários na A.I.T., os argumentos e críticas desferidos pelas partes em confronto, podem sugerir algumas pistas para responder, ainda que parcialmente, as interrogações acima formuladas.

II - MARX CONTRA BAKUNIN: Uma Polêmica Histórica.

Em 1864, sindicalistas franceses - de tendência proudhonianas - e operários ingleses fundam a Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.). A princípio, a Associação não passava de um grupo de estudo e divulgação dos problemas e reivindicações proletárias.¹

A primeira Internacional, como passou posteriormente a ser chamada, já nasceu dividida. De um lado, como já foi dito, havia os proudhonianos, corrente inicialmente majoritária; do outro, os marxistas, que passaram a dominar essa organização a

partir da década do 1870. A ala proudhoniana, como se sabe, defendia posições autogestionárias, ou seja, o "autogoverno dos produtores associados", para usar uma expressão de Marx. O lema mais famoso da Internacional - "A emancipação dos Trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores" - era de origem proudhoniana.²

Quanto a Marx, que liderava a outra ala, percebe-se já, em suas colocações, uma certa ambiguidade quanto à questão do poder político. Nos seus primeiros escritos perpassam idéias de natureza "estatistas", como se observa claramente em determinadas passagens do Manifesto Comunista de 1848: "O proletariado utiliza-rá sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção entre as mãos do Estado (o grifo é meu), isto é, do proletariado organizado em classe dominante".

No Congresso de Bruxelas (1866), marxistas e proudhonianos entram em polêmica aberta sobre a questão agrária. Na verdade, o que estava por trás de toda divergência era a questão do Estado. Os marxistas defendiam uma solução "estatista", coletivização do solo sob a direção do Estado. Para os proudhonianos, a terra deveria ser entregue aos pequenos camponeses, que a administrariam por conta própria. Embora Marx saísse vitorioso dessa contenda, a verdade é que a luta entre anarquista e marxistas na Internacional estava apenas começando.

Em 1868 Bakunin ingressa na A.I.T.. Um ano depois, no Congresso de Basileia, nova cisão se verifica naquela Associação, dessa vez entre marxistas e bakuninistas. Novamente o divisor de águas seria a questão do Estado, ou seja, como se daria o seu desaparecimento.

Para os marxistas, o Estado era fruto da divisão da sociedade em classes e da propriedade privada. Ora, argumentavam, ao abolir-se a propriedade privada e as classes sociais, todo o restante da superestrutura (leis, instituições e costumes) desa

parecerão; portanto, era absolutamente desnecessário destruir o Estado, uma vez que ele se extinguirá sozinho.³

A esse tipo de enfoque, Bakunin retrucou que, se a propriedade cria a herança e, em geral, o Estado, a herança (e o Estado) perpetua a propriedade, reproduzindo as relações de produção capitalistas. Estas não são simples superestruturas (como a religião), elas se tornam realidades independentes da sociedade, que reconstitui a ordem operária, mesmo se a propriedade estiver abolida. Uma burocracia vermelha poderá depressa reconstituir o Estado, a família, a pátria.⁴

O ponto nodal de toda a divergência política entre Marx e Bakunin era, portanto, a questão do Estado de transição e a construção do socialismo. Como se observou, Bakunin não entende a relação Estado/Sociedade como uma relação mecanicista, onde o Estado seria uma mera superestrutura determinada pela base material. Na concepção de Bakunin, o Estado assume uma realidade própria, autônoma, embora não perca o seu caráter de classe. Mas, acima desse caráter de classe, existe algo como que uma dinâmica própria para a sua autoconservação. Na linguagem de hoje seria equivalente à expressão althusseriana "autonomia relativa da instância política". Assim, para Bakunin, o Estado tem como objetivo supremo o "aumento dos seus poderes", gerando um forte patriotismo. Ora, diz ele, a "internacional é a negação do patriotismo e, conseqüentemente, é a negação do Estado".⁵ Bakunin argumentava então que "se Marx e seus amigos do Partido Democrático Alemão conseguissem introduzir o conceito de Estado em nosso programa, acabariam com a internacional".⁶

Na ótica de Bakunin, o Estado, como instância que goza de relativa independência em relação à sociedade, precisa constantemente, para se manter, de reforçar-se tanto externa como internamente. Este fortalecimento exige instrumentos de controle da população, tais como a censura, o sistema educacional, a política e ainda as forças armadas para defendê-lo dos inimigos internos.

Como já foi dito, Bakunin não desconhece o caráter de classe do Estado. Assim, para ele, "o Estado é um sistema de governo de cima para baixo em que uma minoria comanda uma imensa massa de homens das mais variadas classes sociais, ocupações, interesses e aspirações".⁷

Mas esse caráter de classe do Estado é sobredeterminado pela própria natureza da instituição estatal, em si mesma, arbitrária, centralizadora e "sacrificadora de homens". Isto é válido, segundo Bakunin, seja para o Estado de uma classe privilegiada ou um Estado popular, como o de Marx. Escreve Bakunin: "A minoria dominante, mesmo que tivesse sido eleita um milhão de vezes por sufrágio universal e tivesse todos os seus atos supervisionados por instituições populares, ainda assim não poderia de forma alguma - a menos que fosse dotada de onisciência, onipresença e onipotência que os teólogos atribuem a Deus - entender e antecipar as necessidades ou satisfazer com igual justiça os interesses legítimos e imediatos de todos".⁸

Ainda que no Estado popular de Marx não exista uma classe privilegiada, pois todos seriam iguais do ponto de vista jurídico, político e econômico, alerta Bakunin, haverá um "governo extremamente complexo, que não se contentará em governar e conduzir as massas politicamente, como fazem agora todos os governos, mas passará a orientá-los também economicamente, concentrando em suas mãos a produção e a justa divisão da riqueza, da agricultura, da criação e desenvolvimento das fábricas, a organização e exploração do comércio e, sobretudo, a aplicação de capital para a produção, que será feita por um único banqueiro - o Estado". Tudo isso tornará necessário um intenso desenvolvimento da ciência e a presença no governo de muitas "cabeças pensantes". Será o reinado da "inteligência científica", o mais aristocrático, despótico, arrogante e desdenhoso de todos os regimes. Haverá uma nova classe, uma nova hierarquia de verdadeiros e pretensos sábios e o mundo ficará dividido entre uma minoria

ignorante. Então essa massa ignorante que tome cuidado".⁹

Para Bakunin, o regime de minoria esclarecida provocará grande descontentamento entre as massas, o que exigirá de tal governo um exército permanente para reprimir possíveis insubordinações. Resultado, o Estado de Marx seria o mesmo Estado com "características cruéis e despóticas de todos os Estados, seja qual for a forma de governo de que se utilizam...".¹⁰

Embora Bakunin atribua a Marx idéias e intenções, que o mesmo nunca defendeu abertamente (é o caso do conceito de Estado popular que Marx tratará de criticar no Crítica ao Programa de Gotha), as suas colocações permanecem até hoje como "um grito de alarme contra as concepções de organização do movimento operário e do movimento "proletário" que, bastante mais tarde, haveriam de fazer desvirtuar a Revolução Russa. No Marxismo, ele crê perceber, muitas vezes injustamente, outras vezes com razão, o embrião daquilo que viria a ser o leninismo e depois o seu cancro, o estalinismo".¹¹

Diferentemente de Marx, que supunha a extinção do Estado a partir da abolição da propriedade privada e das classes sociais, Bakunin acreditava que a abolição do Estado devia "ser a primeira e indispensável condição para a verdadeira libertação da sociedade: só depois que isso acontecer é que a sociedade poderá ser organizada de outra maneira. Não de cima para baixo e segundo algum plano ideal sonhado por alguns sábios e eruditos, e menos ainda por decretos emanados de algum poder ditatorial, ou ainda por assembléia nacional eleita por sufrágio universal. Como já demonstrei, um tal sistema levaria inevitavelmente à criação de um novo Estado e, conseqüentemente, à formação de uma aristocracia oficial, isto é, uma classe de indivíduos que não teriam nada em comum com o povo e que começariam imediatamente a explorar e subjugar esse povo em nome do bem estar geral ou para salvar o Estado".¹²

A concepção de Bakunin sobre a futura organização da so-

cidade fundava-se, portanto, no princípio da livre associação e união de operários, de baixo para cima, num movimento que começaria nas associações profissionais, passando pelas comunas, regiões, países, até culminar numa grande federação internacional de produtores.

O federalismo professado por Proudhon e Bakunin será outro ponto de divergências entre os marxistas e anarquistas. Como constatará mais tarde Lênin, "Marx afasta-se, ao mesmo tempo, de Proudhon e de Bakunin precisamente na questão do federalismo (não falando na ditadura do proletariado). O Federalismo deriva, em princípio, do ponto de vista pequeno-burguês do Anarquismo (sic). Marx é centralista, e, em todas as passagens dele citadas, não se pode encontrar a menor infidelidade ao centralismo".¹³

III - CONCLUSÃO:

A polêmica travada na A.I.T. entre marxistas e anarquistas, da qual se destacou alguns aspectos, teve importantes desdobramentos políticos posteriores. Se de um lado, provocou a ruína da Internacional (Marx transferiu a Associação para Nova York, para evitar que ela caísse sob a influência dos anarquistas, tirando-lhe a sua base de apoio), por outro, revelou as ambiguidades da teoria política marxista. Ambiguidades estas que dão margem a várias leituras do discurso marxista sobre o lugar de política. Há, por exemplo, aqueles que minimizam as divergências entre Marx e Bakunin a ponto de reduzir tais divergências a questões pessoais e não doutrinárias (acusações exageradas de Bakunin a Marx e um certo autoritarismo deste último na condução da A.I.T.). Assim, para Guilhem e Bourdet, por exemplo, "sob pressão de Bakunin, Marx aprofundou sua doutrina num sentido libertário...".¹⁴ Para esses autores, Marx "pensava, como Bakunin, que o socialismo não passava do movimento espontâ

neo das massas, que o marxismo não fazia senão registrar e dar consciência. Foi assim que escreveu, na margem do livro Estatismo e Anarquismo: 'Não se cuida de inculcar no proletariado um socialismo científico, mas de exprimir o movimento real das massas' ".¹⁵

Em apoio a esta tese, figurariam os escritos sobre a Comuna de Paris, que Lênin interpretou em "Estado e Revolução" como um texto em que as posições marxistas acerca do Estado se haviam tornado 90 por cento anarquistas.

Para Daniel Guérin, por exemplo, há mais pontos de aproximação entre o marxismo e o anarquismo do que divergências: "O anarquismo é inseparável do marxismo. Opô-los um ao outro é colocar um falso problema. É a disputa sem sentido, que faz deles irmãos inimigos. Eles formulam duas variantes, extremamente aparentadas de um só e mesmo socialismo".¹⁶ Para esse autor, embora haja desacordo em "alguns meios de como chegar lá" - ritmo de desaparecimento do Estado, papel das minorias, sufrágio universal - há muitos pontos comuns. Afinal, argumenta ele, "Há zonas de pensamento libertário em toda a obra de Marx como na de Lênin, e Bakunin, tradutor do Capital para o russo, deve muito a Marx".¹⁷ Guérin chega inclusive a sugerir uma injeção de anarquismo no marxismo atual para revigorá-lo e expurgar todas as deturpações autoritárias que o leninismo e, sobretudo, o estalinismo lhe inculcou.

Para outros, as relações entre o marxismo e o anarquismo são dicotômicas. O estudo atento do pensamento marxista, nessa ótica, revela que "o conceito marxiano de Estado nunca se libertou completamente da marca hegeliana. Para os anarquistas, a abolição do Estado era ato político, executado pela força revolucionária, de uma vez por todas. Para Marx, porém, ele coroa todo um complexo processo de transformações sócio-econômicas, operados pelo poder político, isto é, pelo uso do próprio Estado para fins universalistas (é fácil notar os ecos da idealização hegeliana)".¹⁸

Entretanto, a perspectiva de leitura do relacionamento marxismo/anarquismo proposta pela primeira corrente, parece sugerir alguns desdobramentos teóricos e políticos mais ricos e promissores. O calcanhar de Aquiles do marxismo, a sua teoria política, com todas as excrescências de idéias "estatistas", burocratizantes e autoritárias, injetadas no corpo dessa doutrina principalmente depois de Marx, poderia ser fortalecido ao assimilar as proposições políticas fundamentais do anarquismo, tais como, o sindicalismo revolucionário, o federalismo e a autogestão.

01. GUILHERM, Alain e Bourdet, Yvon. Autogestão: uma mudança radical. R.J., Zahar Editores, s/d., pp. 61 a 67;
02. SETTEMBRINI, Domenico. "Socialismo Marxista e Socialismo Liberal" in O Marxismo e o Estado - Noberto Bobbio et al., R.J., Edições Graal, 1979, p. 85;
03. GUILHERM, A. e Bourdet, Y. Op. cit. p. 65;
04. Idem, p. 65;
05. BAKUNIN, M. "Os Perigos de Um Estado Marxista" in Os Grandes Escritos Anarquistas - org. por G. Woodcock, Porto Alegre, L & PM ed. Ltda., 1981, p. 128;
06. Idem, p. 128;
07. Ibidem, p. 129;
08. Ibidem, Ibidem, p. 130;
09. Ibidem, Ibidem, p. 130;
10. Ibidem, Ibidem, p. 131;
11. GUERIN, Daniel. "As Idéias Forças do Anarquismo" in O Anarquismo e a Democracia Burguesa, 2ª ed., S.P., Global ed. 1980, p. 18;
12. BAKUNIN, M. "A Igreja e o Estado". in Os Grandes Escritos Anarquistas, org. por G. Woodcock, p. 76;
13. LÊNIN, V. I. O Estado e a Revolução, S.P., ed. Hucitec, 1978, p. 66;
14. GUILHERM, A. e Bourdet, Y. op. cit., p. 67;
15. Idem, p. 67;
16. GUERIN, D. "Irmãos Gêmeos-Irmãos inimigos" in O Anarquismo e a Democracia Burguesa, 2ª Ed., S.P., Global ed., 1980, p. 102;
17. Idem, p. 102;
18. MELQUIOR, J. G. O Calcanhar de Aquiles: a Política de Marx in Folhetim nº 321, da Folha de São Paulo, 13/03/83.

A Paraíba: da conquista à penetração do sertão*

JOSÉ APOLINÁRIO DO NASCIMENTO**

* Tópico de um trabalho apresentado na disciplina Nordeste Império, do mestrado em História, da UFPE, ministrada pelo Prof. Marc Joy Hoffnagel.

** Prof. de História do Campus V, UFPB, e mestrando em História.

de exportação, pois grande parte escoará por vias que o governo da Capitania da Paraíba não poderá controlá-los.

José Ribeiro Júnior em sua obra "Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro" confirma o fato do controle da Capitania de Pernambuco sobre a Paraíba colocando que "em 1755 por ordem do Conselho Ultramarino, só voltando à autonomia em 11 de janeiro de 1799".² Em seguida, além de mencionar outros mecanismos e dificuldades em relação às rotas da Companhia, coloca a lista das freguesias que estavam sob jurisdição da dita companhia. Incluía as seguintes: Nossa Senhora das Neves, São Pedro e São Paulo, de Mamanguape, Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal, Santa Ana do Seridó, Nossa Senhora dos Milagres dos Currais Velhos, Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, Nossa Senhora da Rainha dos Anjos de Taipu, Nossa Senhora do Desterro de També, Nossa Senhora da Conceição da Vila do Conde, Nossa Senhora da Assunção da Vila de Alhandra, São Miguel da Bahia, Nossa Senhora do Desterro da Vila Flor".³

O autor cobre desta forma uma região que está inserido não apenas o litoral e agreste, mas também o sertão.

Fazendo um excelente trabalho, obrigatório para os estudos do período colonial, José Ribeiro Júnior nos transmite informações preciosíssimas da real situação da Capitania de Pernambuco e suas subordinadas, mostrando por exemplo, que a crise pela qual passou o açúcar em termos de preços no mercado Europeu, por ocasião da criação da companhia não estava a beira de um colapso a economia. Enfatiza que a concorrência do açúcar antilhano, o deslocamento da mão-de-obra para área mineradora foram fatores geradores da crise e que, apesar deles "não significaram o esvaziamento total da economia Nordestina".

O período analisado pelo autor corresponde à fase crítica do sistema absolutista português. Neste sentido, as reformas pombalinas levadas a cabo, vem denunciar que Portugal não estava encontrando resposta a uma situação criada no Reinado de D. João V.

Dentre os mecanismos de reformulação no sentido de aperfeiçoar o aparato estatal e conseqüentemente aumentar o erário régio, estava toda uma gama de decretos e portarias que a prática revelará a nova face da Metrópole. A companhia de Pernambuco e Paraíba será o mecanismo paupável e centro nervoso do processo de uma outra face da mesma moeda, pelo qual a produção do Nordeste escoará na direção da Metrópole com todos os recursos que dispõe e pode gerar nesta função. Evidencia-se que o plano geral de reformas iniciadas por Pombal, não é apenas modernizar a metrópole e estender benefícios às colônias, mas de criar condições propícias às atividades econômicas, pois a muito Portugal corria o perigo de cada vez mais perder-se a si mesmo e suas colônias. Urgia formar o comerciante capaz de competir com os demais países da Europa.

A luta de Portugal pela recuperação econômica, as tentativas por colonização renovada(?), isto é moderna no sentido de melhor desempenho por parte dos colonizadores aqui, foi infrutífera. Infrutífera no sentido de que desencadeia um processo de descolonização, pois a colônia que enfrenta as reformas pombalinas já não é a mesma de outrora. Não mais será fácil para Portugal impor sua vontade e dominar como fizera no início da colonização. Já se criara aqui uma pequena, porém significativa camada de proprietários de terra que irá fazer-se ouvir, com aspirações próprias, além das influências que irá receber de diversos países onde o processo de independência irá exercer uma influência importante e Portugal irá aos poucos respeitar e fazer o possível para evitar a fim de impedir que laços se rompam. Sua ação será de resguardar o máximo possível sua dominação. Portugal tem consciência de seu pequeno tamanho e das reais possibilidades de perder sua maior colônia. Esta consciência aflora no tratamento que dá aos seus subordinados, à longa distância. O que foi o século das luzes em Portugal, a tentativa de implantação vai fazer um efeito contrário, evidenciado pela vinda das Côrtes e posteriormente a Independência.

A PARAÍBA: Da Conquista à Penetração do Sertão.

A capitania real da Paraíba foi conquistada em 1585, após várias tentativas e anos de luta. A aliança entre tabajaras e potiguaras foi o maior empecilho. O processo de ocupação foi como no restante do Nordeste e do país, violento e exterminador do indígena. Em 1586, foi instalado o primeiro engenho nas margens do Tibiri às custas da Fazenda Real. O açúcar, portanto, no período colonial foi a principal atividade de seus habitantes e a mão-de-obra utilizada foi a escrava, seu sustentáculo.

O processo de penetração para o interior se deu a partir da expansão do cultivo da cana-de-açúcar e criação do gado, além das possibilidades do cultivo de outros produtos, necessários à subsistência, como a mandioca, milho, feijão, batata-doce, e para completar a dieta, a caça e pesca que tornou-se significativa na fixação do homem no agreste e posteriormente no sertão.

A ocupação do sertão tem seu início nos fins do século XVII com a criação de gado. Segundo Elpídio de Almeida, a penetração no sertão deu-se "por três pontos distantes e opostos: pela subida do Rio Paraíba, pelas nascentes do mesmo e ao longo do Rio Piancó, desde suas cabeceiras, no divisor de águas com o Pajeú, afluente do médio São Francisco. O último foi o caminho para o povoamento da parte ocidental da Capitania, comunicando a região do São Francisco com a Baía do Rio Piranhas".¹

A expansão do território e da fronteira agrícola colonial era interesse de português para não só ocupar, dominar e escravizar o índio, como criar gado e produzir para exportar para a metrópole. As reformas promovidas por Pombal representam bem a grave crise que se forjou na monarquia portuguesa, pela sua dificuldade em acompanhar o desenvolvimento dos demais países da Europa, como também pela ameaça de desmoronamento em

que se direcionavam as coisas públicas do reino.

Algumas figuras vão se destacar nessa penetração: Domingos Jorge Velho e Oliveira Lêdo. A Confederação dos Cariris constituiu um marco denunciador da violenta luta entre colonizador e nativo.

Apenas os Oliveira Lêdo se fixaram no sertão, dominando quase que totalmente a maior parte das terras do sertão da Paraíba.

O processo de ocupação foi lento e seguro, a atividade criatória foi a base de um outro modus vivendi pelas características que impunha o solo, a vegetação, o clima e as distâncias em relação aos pontos mais adiantados do litoral. Djacir Menezes pinta um quadro no seu livro "O outro Nordeste" que não podemos desprezar como obra clássica. As descrições feitas pelo autor são deveras interessantes na medida em que o instrumental e objeto de estudo, são no conjunto do Nordeste, diferenciadas da sociedade descrita por Gilberto Freire em "Casa Grande e Senzala".

Celso Mariz nos transmite a notícia de que no período colonial já se cultivava o algodão. Sabe-se que indígenas o cultivavam e teciam suas redes para dormir.

O desenvolvimento que passou a conhecer a Capitania da Paraíba e posteriormente a Província, continuou sendo dependente da capitania de Pernambuco. A dependência origina-se não só pela posição que assume Pernambuco como centro comercial e exportador no período colonial, como pela concentração do maior número de engenhos.

A dependência da Capitania da Paraíba em relação a de Pernambuco tem início de forma jurídica com a criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, em 1755; e só encerra-se em 1799, com sua extinção. O fato é interessante e curioso porque posteriormente os governos das referidas Capitánias irão aqui e acolá se encontrarem na questão dos impostos sobre produtos

O século XIX será então importante. Outros produtos irão ampliar a pauta de exportação além do açúcar. Refiro-me ao algodão que no início do século XIX irá se evidenciar como importante, pois o mercado consumidor da Europa solicitará sem restrições e se expandirá, principalmente com a Guerra de Secessão na segunda metade do século. A economia da Paraíba será muito mais um prolongamento da economia de Pernambuco que sua auto-promoção. É como que Pernambuco carregando filhos nas costas, ou então arrastando adeptos seus.

No que se refere à pecuária, sua posição é muito mais de fornecer tração animal para os engenhos. No século passado, irá iniciar com maior nitidez as exportações de couro e carne, mesmo que em pequenas quantidades. Sua função essencial será a de abastecer o comércio interno via pequenas feiras que se desenvolverão na região agrestina e sertaneja. Assim será o processo de penetração cada vez maior do desenvolvimento da pecuária que nos sertões até hoje caracterizam sua principal atividade, exercendo de certo modo um caráter moldador na sociedade sertaneja. Ao seu lado, ou mesmo dentro do latifúndio irá desenvolver a agricultura de subsistência que marcará ainda uma característica da atividade agrícola no Nordeste.

No nível social vamos ter uma sociedade onde aparecem os senhores, os escravos, os homens livres que vivem na orla dos latifúndios. Parece ser significativa esta última camada uma vez que será significativa no povoamento com relação às demais. José Ribeiro Júnior nos dá uma idéia ao referir-se à população das Capitâneas na segunda metade do século XVIII:

MAPA DA POPULAÇÃO DA ÁREA MONOPOLIZADA PELA COMPANHIA GERAL DE
COMÉRCIO DE PERNAMBUCO E PARAÍBA. 1762-1763.

Capitania	Fogos	Escravos	Pop. Livre	População Total
PE	16.711	29.299	66.810	90.109
PB	8.393	9.293	29.865	39.858
RN	5.570	4.499	18.806	23.305
CE	4.202	2.128	14.882	17.010
T O T A L	34.876	39.219	120.363	162.582

FONTE: RIBEIRO JÚNIOR, José. Opus Cit. p. 72.

Como se vê, o quadro apresentado pelo autor, nos dá uma idéia da posição da capitania da Paraíba, e a posição da Pernambuco como líder natural no cenário das capitânicas.

Uma idéia que pode aflorar com clareza é a de que população livre estar em franco desenvolvimento ao mesmo tempo que superior, caso da capitania da Paraíba mais que o triplo. Obviamente que toda esta população não era proprietária de terras, uma vez que a concentração era a regra geral e norma a ser seguida. Por outro lado, a distância entre a população da capitania da Paraíba em relação a de Pernambuco é menor mais que o dobro, revelando que o povoamento foi muito posterior em relação a Pernambuco. No conjunto Pernambuco supera todas elas. Fica deste modo evidenciada a posição de comando de Pernambuco e subordinação das demais. A população escrava chegava a 23% como chama a atenção o autor. O que andava fazendo toda esta população não-proprietária? De que forma se relacionavam com os proprietários? Tais questões importantes são possíveis de ser respondidas. Se não estavam trabalhando nas culturas de exportação, obviamente trabalhando no sustento do Latifúndio quer como meeiros e sob controle do proprietário, quer como pequeno proprietário nas franjas do latifúndio.

Interessante observar que pelas freguesias existentes o limite máximo da fronteira conhecida nos finais do século XVIII na capitania da Paraíba era Pombal, dentro do sertão nordestino na Paraíba. Só a partir do século XIX é que começa a expansão para mais adiante, sertão adentro, até atingir Cajazeiras. É possível que o avanço que seja motivado principalmente pelo cultivo da cultura algodoeira que encontrou terreno propício e comércio solicitador da matéria-prima, sem contudo esquecermos que foi o gado o principal responsável pelo povoamento inicial.

A capitania da Paraíba estava nas rotas da Companhia Geral do comércio de Pernambuco e Paraíba. Dentre as existentes pode-se identificar a de Porto-Paraíba-Porto e Lisboa-Paraíba-Lisboa, de um total de nove rotas.

Se observarmos o volume para a época das exportações feitas pela companhia veremos que sua importância era de peso:

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR DE PERNAMBUCO E PARAÍBA PELOS NAVIOS DA COMPANHIA EM CAIXAS DE 40 ARROBAS. 1760-1778.

Ano	Companhia	Particulares	Soma
1760	200	-	200
1761	1.720	23	1.743
1762	8.659	318	8.977
1763	3.973	173	4.133
1764	11.429	962	12.391
1765	4.229	231	4.460
1766	6.226	828	7.054
1767	6.202	376	6.578
1768	6.714	390	7.104
1769	7.492	812	8.304
1770	5.879	1.075	6.954
1771	5.019	1.090	6.109

Ano	Companhia	Particulares	Soma
1772	-	-	12.154
1773	8.312	1.132	9.144
1774	8.954	1.183	10.137
1775	8.239	1.877	10.116
1776	6.203	1.627	7.830
1777	4.813	1.962	6.775
TOTAIS	120.470	19.325	139.795

FONTE: RIBEIRO JÚNIOR, José. Opus cit. p. 137.

Ao observarmos os dados fornecidos por José Ribeiro Júnior, notamos que supremacia da companhia é muito evidente no que diz respeito ao comércio exportador das capitâneas. A existência de particulares nos transportes de gêneros exportados já revela de antinão que havia uma oposição à referida companhia, como afirma o autor. Tal oposição tinha também seus limites, pois a centralização real tinha seus mecanismos de rep^{re}são aos descontentes e contestadores da Coroa. A centralização revelava-se não apenas em termos de transportes, mas também em termos de preços por parte da Coroa. Há ainda que ressaltar o fato de a companhia faturar não somente com as exportações. Ela faturava também com as inportações, principalmente a de escravos.

Exportava-se além do açúcar, atânados, couros em cabelos, meios de sola, pau-brasil, madeiras ôtras e mel.

Pode-se perceber pelas colocações acima que o conjunto da economia no período colonial nas capitâneas do Nordeste teve a função de mero fornecedor de produtos para a Coroa Portuguesa.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. 2ª ed. Un
versitária - João Pessoa, 1979, p. 13
02. RIBEIRO JÚNIOR, José. Opus Cit. p. 63
03. RIBEIRO JÚNIOR, José. Opus Cit. p. 64-65.

VFG/12/84

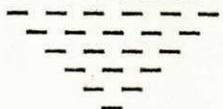
EXPANSÃO CAPITALISTA NO CEARÁ: O PAPEL DAS FERRO
VIAS NAS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DESTA EXPANSÃO*

RUBISMAR MARQUES GALVÃO**

* Trabalho, originalmente, apresentado à disciplina História Rural do Brasil, ministrada pelo Prof. José Bonifácio, no Mestrado de História da UFPE, em 1981. Este trabalho não sofreu nenhuma alteração.

** Professor e Coordenador do Curso de História do Campus V da UFPb.

S U M Á R I O



1. INTRODUÇÃO

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O Brasil na Segunda metade do século XIX

2.2. Expansão Ferroviária no Ceará

2.2.1. Elementos Motivadores

2.2.2. Ferrovias no Ceará: Vêm para Conquistar Novos Es paços Econômicos.

2.2.3. O Papel Exercido pelas Ferrovias - na Penetração Ca pitalista - no Ceará: um estudo comparativo.

2.2.3.1. Ligeiras considerações sobre o papel exer cido pelas ferrovias no Ceará e as conse quências provocadas pelas mesmas, neste espaço.

2.2.3.2. Descrição dos Critérios utilizados no Es tudo.

2.2.3.3. Análise dos Dados.

3. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

4. TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

I N T R O D U Ç Ã O

"... o chamado progresso Capitalista não é mais do que uma agressão ao homem e à natureza..." (Orlando Villas Boas. citado por Joaquim Molano, "As multinacionais na Amazônia", in: encontros com a civilização Brasileira, Nº 11(Maio, 1979).

O objetivo mais amplo deste trabalho é tentar mostrar as consequências trazidas pelo processo de expansão ferroviária-leia: expansão capitalista - na zona rural do Ceará.

Os primeiros itens - 2.1., 2.2.1., 2.2.2. - servem, antes de tudo, para inserir a problemática. Eles mostram as razões e os porquês da deflagração do processo de expansão ferroviária no Ceará. Eles evidenciam que, tanto no Brasil como no Ceará, em particular, com a expansão Capitalista "a estrutura de produção vai ser reproduzida sob as leis imanentes do movimento do Capital, hierarquicamente subordinada ao Capital internacional" (Oliveira, Francisco de. Elegia para um Re(li)gião, p. 26). Estes - complementam e se completam com o item 2.2.3., que corresponde, na realidade, ao ponto central de nosso trabalho.

No item 2.2.3., através de um estudo comparativo, procura-se mostrar as implicações acarretadas pelo processo de expansão ferroviária, nas zonas atingidas pelos trilhos. Neste item, demonstra-se que os municípios atingidos pelos tentáculos dos trilhos tiveram, mais do que naqueles não atingidos pelas ferrovias, um **incremento** maior na valorização das terras; a adoção mais intensa do trabalho assalariado; o aumento do uso de bens produzidos nas regiões hegemônicas; nível mais elevado da concretização da propriedade etc.

Todos os dados utilizados neste item tiveram como fontes os censos de 1920, 1940 e 1950. Os gráficos, quadros e tabelas foram confeccionado com base neles.

O marco temporal eleito - 1920/1950 - foi escolhido em função de dois fatos: Primeiro não se podia extrapolar o marco para antes de 1920, pelo simples fato de não existirem dados suficientes, para o que se pretendia fazer; depois o marco final não podia ser extrapolado para além de 1950 porque após esta data, praticamente, inicia-se uma nova fase nos transportes do Brasil - a "era rodoviária" - levando, conseqüentemente, a que as ferrovias perdessem, paulatinamente, seu papel de elemento modificador de regiões.

2.1. O BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

O acontecimento mais importante, talvez, ocorrido na segunda metade do século XIX, foi o soerguimento da agricultura de exportação do Brasil com a expansão de algumas culturas agrícolas, principalmente, o café e em menor escala o algodão, etc. Estas culturas conseguem "soerguer" a economia do país, retirando-o do estado "letárgico" pelo o qual havia passado na primeira metade do século XIX.

A expansão da economia cafeeira, mais do que qualquer outra atividade econômica, foi decisiva para que o país pudesse superar aquele período de crescimento lento da economia e retração no setor exportador, vivido nas primeiras décadas deste século. É o Café que vai reintegrar o Brasil nas grandes linhas de expansão do comércio internacional.¹ O café dá "sangue novo" ao país, com ele, o Brasil tem condições de autofinanciar sua expansão, neste período.

A expansão da agricultura de exportação concorre, não só, com as divisas² necessárias para o processo de expansão capitalista³ do país, como também lança as bases para as grandes transformações do país, como: a urbanização, adoção do trabalho livre e abolição da escravatura, industrialização, implantação da República, etc.

É evidente que a expansão da agricultura de exportação do Brasil na segunda metade do século XIX, vai representar em última análise, A FORMA CONCRETA DE INSERÇÃO DO BRASIL NO SEIO DA ECONOMIA MUNDIAL; a forma como se desenvolve o Capitalismo em um país que ocupa uma posição subordinada dentro da economia mundial. Esta expansão da agricultura de exportação do Brasil e a conseqüente intensificação da penetração Capitalista no nosso país, se justifica pela necessidade que O CAPITAL tem de sempre estar se reproduzindo e se acumulando. Ele então, nesta ânsia de acumulação e reprodução,

cria novas necessidades ou acelera o consumo de determinados produtos, como no caso, por exemplo do Café e do Algodão.

Desta forma, em suma, a história do Brasil da segunda metade do século XIX, é a própria história da penetração e expansão do Capitalismo no Brasil.

2.2. EXPANSÃO FERROVIÁRIA NO CEARÁ

2.2.1. ELEMENTOS MOTIVADORES

A História das ferrovias no Brasil, em particular no Ceará, está intimamente vinculada às transformações que ocorreram no seio da economia mundial na segunda metade do século XIX.

O momento acima citado - particularmente os momentos de crises - é crucial para os países industrializados, principalmente para a Inglaterra. Neste período, os capitais investidos na Inglaterra passam por uma crise de lucratividade, ou seja, os investimentos aí alocados estavam tendo cada vez mais uma taxa média de lucro descendente. Desta forma, os capitalistas buscam alternativas para a solução da crise. Uma delas, mais promissoras para o momento, foi a de se exportar Capitais excedentes para aquelas áreas, onde as taxas médias de lucratividade fossem superiores às internas.

O Brasil, que neste momento exercia forte atrativo às economias centrais pelas possibilidades de oferecer retornos consideráveis aos capitais aqui investidos, de absorver parte da produção de manufaturados excedentes ou pela capacidade de ofertar grande quantidade de matérias-primas a preços baixos, se constituiu numa das áreas "eleitas".

As inversões estrangeiras no Brasil se concentraram, em grande parte, no setor ferroviário, tornando-os decisivos para a expansão da economia agro-exportadora do país e para posterior expansão do mercado interno.

É dentro desse quadro muito mais amplo de transformações por que passa a economia mundial que se dá o processo de implantação das ferrovias no Ceará.

A crise nas economias centrais demandava, para sua solução e para seu próprio crescimento futuro, o aperfeiçoamento do modelo exportador dos países industrializados. Desta forma, os investimentos estrangeiros são carreados, principalmente, setores vinculados ao funcionamento das atividades exportadoras.

É evidente que a interiorização das ferrovias no Ceará não se justificou apenas pela necessidade que tinha, particularmente, a Inglaterra de escoar parte de sua produção manufatureira ou de Capitais excedentes. Existiu um outro forte dado - O Ceará passa a ser paulatinamente, um grande produtor de algodão, tanto para o mercado externo como, posteriormente, para o mercado interno. Ele é visto como um espaço em que quase toda sua extensão territorial⁵ é potencialmente produtora do "ouro branco", com o qual a Inglaterra poderia com a extensão da malha ferroviária para o interior, contar com uma área fornecedora - para o momento - e reserva - para o futuro - que pudesse suprir, a qualquer instante, uma possível escassez desse produto no mercado internacional.⁶

O Ceará, como de resto todo o Brasil, recebia os influxos da expansão Capitalista por que passava o nosso país na segunda metade do século XIX. Existia um esforço dos governos da Província, em aparelhá-la de infra-estrutura capaz de tornar mais dinâmicas as exportações,⁷ já que "o modelo exportador exigia constantemente o aprimoramento da produção. Instituições de créditos capazes de fornecer Capital ao agricultor, estradas e transportes que possibilitassem o escoamento rápido dos gêneros, empresas de navegação responsáveis pelo comércio de cabotagem e externo, são pré-requisitos sugeridos nos Relatórios e Mensagens objetivando alcançar o máximo de produção".⁸ É evidente que "na luta travada pelo governo com o fim de manter sempre em elevação o nível das exportações, ressaltam as atenções dispensadas à instalação de estradas de ferro e de companhias de navegação, responsáveis diretas pelo escoamento da produção (...)"⁹

Dada a importância do Algodão para a economia cearense,¹⁰ neste momento, e as dificuldades advindas para seu escoamento, é de supor o esforço tremendo encetado pelas autoridades provinciais na

implantação dos caminhos de ferro neste território.

A instalação de ferrovias no interior do Ceará, representava para fazendeiros, comerciantes, exportadores e demais interessados na expansão deste produto - O Algodão - a "fórmula mágica" para aumentar seus lucros, haja vista que a instalação delas, reduziria os custos finais do produto. Este fato é evidenciado, por exemplo, nos Relatórios dos Presidentes da Província. O Relatório de 1861 chega a afirmar que:

" o alto preço dos transportes é ainda a causa immedia-
ta de não chegarem às praças do litoral grande somma de gene-
ros que consomem-se no lugar de fabrico e reduzem-se propor-
cionalmente á extensão do mercado; OUTROS SOFREM EM SEU VA-
LOR NOTAVEL DEPRESSÃO POR SEMELHANTES GASTOS, E ABSORVEM AO
PRODUCTOR LUCROS IMPORTANTES, QUE SE FOSSEM PERCEBIDOS E
ACCUMULADOS AUGMENTARIAM OS CAPITAES E AS FORÇAS DE PRODU-
ÇÃO.¹¹ No primeiro caso se acha talvez o município do Crato
e outros do Sul da Província; no segundo está sem dúvida o
município de Baturité".¹²

Isto foi válido não só para o Ceará, mas também para São Pau-
lo com relação ao Café. Segundo Odilon Nogueira de Matos, os cafee-
cultores paulistas, também compreenderam que "se a lavoura está one
rada só poderá salvar-se procurando aumentar o valor líquido de
seus produtos e isto só se conseguirá obtendo mais fácil e mais ba-
rato transporte dos mesmos produtos para o mercado".¹³ Esta era a
alternativa mais viável para o momento. As outras alternativas -pa-
ra o Ceará - como a melhoria dos métodos de produção e elevação do
nível de preços do algodão eram, praticamente, impossível de serem
efetivadas, neste momento. Por exemplo: a solução via elevação dos
preços do algodão, não era possível, dado que, o CONTROLE DOS MES
MOS ESTAVA DO LADO DA DEMANDA. Desta forma, a resolução do impas-
se deveria ser encontrada do LADO DA OFERTA. Tenta-se, então, re-
solver o problema, implantando-se os CAMINHOS DE FERRO.

Coloca-se, comumente, que as ferrovias foram motivadas na
sua implantação, principalmente, como solução para o combate às se
cas. As ferrovias são colocadas, em boa medida, como um empreendi-
mento que deveria vir para prestar um "Serviço Social aos Flagela-
dos". Isto aparece constantemente nos discursos dos Presidentes de

Província. O Sr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província, em discurso no dia do assentamento dos primeiros trilhos da Estrada de Ferro de Sobral, em 1879, argumentava que:

"não se podia deixar de reconhecer a patriótica solicitude e generosidade do governo Imperial que por todos os meios tem cuidado de minorar os sofrimentos desta província, de preservá-la dos crucis efeitos das calamidades que fragellão periodicamente (...)"¹⁴

Este tipo de argumento aparece com forte dose de efeito moral, quando na realidade, não o era. A preocupação em se socorrer os atingidos pela seca, antes de constituir uma justificativa moral, era mais econômica, na medida em que, menos braços na agricultura significava, conseqüentemente, menos mil-réis nas exportações, principal fonte de renda da economia cearense.¹⁵ A própria historiografia oficial "esquece" que se não existissem no Ceará, atividades econômicas capazes de justificar a implantação das vias férreas, estas não teriam se instalado aí, neste momento. Era preciso que a Província fosse economicamente viável. Em outras palavras, que ela exportasse o suficiente para poder pagar os juros das garantias e as amortizações dos empréstimos. Só dessa forma se implantariam ferrovias nesta e em qualquer outra parte do Brasil.

Neste momento, no Ceará, o produto de maior peso para a economia da Província, sem dúvida, era o ALGODÃO. Poderia-se dizer, que o Algodão, em grande parte, é o elemento justificador da implantação das ferrovias neste território.

2.2.2. FERROVIAS NO CEARÁ - VÊM PARA CONQUISTAR NOVOS ESPAÇOS ECONÔMICOS

As ferrovias no Ceará, vêm para conquistar novos espaços. Elas chegam a esta região com o objetivo principal de tornar realidade - em termos de produção de algodão - um espaço que dada as suas características físicas é potencialmente produtor do "ouro branco" em quase toda sua extensão territorial.

Existia um forte interesse da Inglaterra, "diante das neces-

sidades de seu parque industrial e do desejo de se libertar do ju go quase exclusivo do mercado norte-americano (...), de organizar uma política para desenvolver a cultura algodoeira em outras partes do mundo".¹⁶ Era evidente, que esta política de incentivo à cultura algodoeira¹⁷ não teria pleno êxito se não fosse acompanhada por uma política de melhoria dos transportes nas áreas produtoras ou potencialmente produtoras, haja visto que, a dificuldade de transportar o algodão do sertão ao litoral implicava em que o mesmo não fosse produzido em maior volume e conseqüentemente não se obtivesse uma maior exportação. Desta necessidade de se ter ao seu fácil alcance áreas produtoras de algodão, decorre o grande interesse da Inglaterra de construir, financiar, vender material ferroviário ou administrar ferrovias nestas áreas.

Canabrava, descrevendo a difusão de determinadas espécies de algodão no Brasil, afirma que "as novas plantas, conhecidas pela designação geral de algodão herbáceo, constituíam-se de algumas variedades dos Upland de fibra curta, que procediam dos Estados Unidos. Sua larga disseminação na década de sessenta, resultou em grande parte da atividade das administrações Imperial e Provincial e DO CONCURSO DOS INTERESSES LIGADOS À INDÚSTRIA TÊXTIL INGLESA¹⁸, como aconteceu em outras partes do mundo, tendo em mira suprir as necessidades do seu parque industrial, à beira do colapso desde que se haviam interrompido as remessas do algodão norte-americano".¹⁹ Este interesse inglês de incentivar a cultura algodoeira no Brasil é detectado, inclusive, no Nordeste.

Mesmo que o algodão plantado ou que pudesse ser plantado não fosse exportado ou tivesse suas exportações retraídas para a Inglaterra, isto pouco importava.²⁰ O importante para os ingleses, era terem ao seu fácil alcance áreas produtoras ou potencialmente produtoras de algodão, das quais pudesse a qualquer momento - dependendo do desenrolar dos acontecimentos - se valer para fazer frente a uma possível escassez do produto no mercado internacional.

Sabemos que a conquista destes espaços, no momento, não pode ser explicada senão dentro do contexto das relações capitalistas. Desta forma, a expansão ferroviária visava colocar sob a órbita de

dominação do CAPITAL, áreas antes não dominadas pelo mesmo, implicando na adoção, inclusive, por partes destas áreas de valores, produtos, costumes etc de uma "nova ordem".

Em suma, esta expansão ao conquistar novos espaços no país - levando o Brasil a uma maior inserção no "turbilhão da economia internacional" - visava com o "aceleramento das comunicações, através de construção das estradas de ferro permitir penetrações mais profundas e mais rápidas nas áreas produtoras, ao mesmo tempo em que amplia o mercado interno".²¹

2.2.3. O PAPEL EXERCIDO PELAS FERROVIAS - NA PENETRAÇÃO CAPITALISTA - NO CEARÁ: UM ESTUDO COMPARATIVO

2.2.3.1. Ligeiras Considerações sobre o papel exercido pelas FERROVIAS no Ceará e as consequências provocadas pelas mesmas, neste espaço.

Foram, na realidade, as crescentes necessidades de que tem O CAPITAL de se reproduzir e acumular-se que implementaram transformações substanciais na economia cearense.

Um dos instrumentos responsáveis pela efetivação destas mudanças, foram as ferrovias.

O setor agrícola, por exemplo, com as ferrovias - que neste momento, no Ceará, é o caminho de difusão dos valores, dos preceitos e dos produtos do Capitalismo em expansão - adota novas técnicas de produção, implicando, inclusive, num maior consumo de bens - como máquinas, adubos etc - produzidos nas regiões hegemônicas.

É evidente, que as transformações que ocorrem, paulatinamente, na zona rural cearense, são decorrência direta "da subordinação crescente das atividades agrícolas às exigências da reprodução e acumulação de Capital na economia"²³ mundial. Segundo Paulo R. Beskow esta acentuada penetração do Capital no campo "manifesta-se de duas formas: modificação das relações técnicas de produção na agricultura via intensificação de uso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial e aprofundamento das relações de produção

Capitalistas no campo, via aumento da importância do trabalho assalariado temporário".²⁴

A primeira manifestação desta penetração capitalista é detectada no Ceará, já, no período abrangido por nosso trabalho.

As estradas de ferro fazem, também, "morrer" ou diminuir o movimento de cidades. Segundo Raimundo Girão

"(...) com a penetração lenta das estradas de ferro, algumas aglomerações humanas se formando e outras tomando alento civilizador, para se constituírem depois mais fortes empórios de distribuição, nucleando zona de influência comercial, política, social e espiritual.

Aracati e Icó agora despidas do esplendor de ontem, Sobral, Crato, Baturité, Granja, Quixaramobim eram os focos de maior movimentação (...)"²⁵

Constata-se que os caminhos de ferro provocam por onde estendem seus tentáculos o aumento da população; a valorização das terras, a adoção mais acentuada do trabalho assalariado, o aumento de despesas com adubos, instrumentos e máquinas agrícolas, aumento da produção, destruição mais acelerada das matas e uma consequente utilização das terras para agricultura, maior utilização média das terras para o plantio, nível mais acentuado de concentração da propriedade, além, é claro, da difusão mais intensa dos preceitos e valores de uma "nova ordem".

A constatação destes dados, constitui o objetivo maior de nosso trabalho. Ele tomará por base, para evidenciar a força do que foi argumentado acima, o estudo comparativo entre cidades por onde as ferrovias passaram e cidades por onde elas não penetraram.

2.2.3.2. DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS NO ESTUDO

Levaram-se em consideração, os seguintes critérios, para a efetivação do estudo:

1. Para que o universo fosse o mais representativo possível, o estudo abrangeu as nove zonas do Ceará, de acordo com o censo de 1950;

2. O estudo foi realizado utilizando-se duas formas de compa

ração - entre os municípios por onde passavam ou não as ferrovias - capazes de possibilitar uma maior segurança na comprovação das hipóteses. Na primeira forma, utilizaram-se municípios de oito das nove zonas do Ceará.²⁶ De cada zona, escolheram-se dois municípios²⁷ - um onde as ferrovias passavam e outro onde elas não passavam - levando em consideração, apenas, a extensão territorial dos mesmos, ou seja, que eles tivessem uma área territorial mais ou menos igual.²⁸ Na segunda forma de comparação, a escolha caiu sobre municípios de zonas diferentes. Levou-se, também, em consideração, nesta fase, a relativa igualdade na extensão territorial dos municípios.

2.2.3.3. ANÁLISE DOS DADOS

1. ANÁLISE DA TABELA 2

HIPÓTESE:

- a. O valor dos estabelecimentos rurais nos municípios onde as ferrovias penetraram são, em média, superiores aos dos municípios onde elas não penetraram.
- b. "As modificações das relações técnicas de produção na agricultura, via intensificação de uso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial" são mais acentuadas, em média, naqueles municípios onde as ferrovias se internaram.

A Tabela 2 mostra o valor dos estabelecimentos rurais para os anos de 1920, 1940 e 1950. No valor total dos bens, está computado a soma de todos os componentes dos estabelecimentos. Para a análise dos itens, deu-se preferência a terras, máquinas e instrumentos agrários, pois estes, mais do que, por exemplo, prédios, construções e animais, demonstram a influência das ferrovias-leia: penetração capitalista - na valorização dos estabelecimentos rurais.

Os dados contidos na TABELA 2, evidenciam a força de nossas hipóteses. No que diz respeito ao valor dos estabelecimentos, na

realidade, em média, eles são mais valorizados nos municípios onde as ferrovias penetraram. Nos dez grupos de comparação - oito de municípios da mesma zona e dois de municípios de zonas diferentes - utilizados, o valor total de todos os bens, para os três períodos - à exceção do grupo da zona de Baturité, para os três períodos e do grupo do sertão centro-norte, para o ano de 1950²⁹ - é superior, nos municípios onde as ferrovias se instalaram (V. tabela 2 e gráfico 1). A mesma coisa, acontece com relação ao valor das máquinas e instrumentos agrários. Com ligeiras exceções, são superiores - em valor - nos municípios onde as ferrovias se instalaram (V. tabela 2 e gráfico 2).

O gráfico 1, por exemplo, mostra que de 28 comparações feitas - duas deixaram de ser realizadas por falta de dados, 25 mostraram que nos municípios onde as ferrovias penetraram, em média, o valor dos estabelecimentos - ou valor total de todos os bens - são superiores aos daqueles onde as ferrovias não penetraram. O gráfico 2 - com relação ao valor das terras - e o gráfico 3 - com relação ao valor da maquinária e instrumentos agrários - deixam clara, como o gráfico 1 e toda a tabela 2, a força de nossas hipóteses. Nossos argumentos se tornam mais evidentes, ao se observar os quadros 1 e 2, confeccionados com base na tabela 2. Em todos os momentos, os valores dos estabelecimentos, das terras e máquinas/instrumentos agrários dos municípios onde as ferrovias penetraram, foram superiores aos dos municípios onde elas não penetraram. Para o ano de 1920, o valor total de todos os bens dos estabelecimentos, dos municípios onde as ferrovias penetraram, atinge a importância de 26 151:527\$000, enquanto para os outros, no mesmo período, só atinge a importância de 15 332:349\$000. Máquinas e instrumentos agrários que, mais do que qualquer outro bem, demonstram o processo de subordinação do campo ao Capital, tem, nos municípios onde as ferrovias penetraram, valores absolutos e relativos, quase sempre, superiores. Em termos relativos, por exemplo, partindo de uma igualdade (V. quadros 1 e 2), em 1920, nota-se cada vez mais, uma tendência desses municípios, utilizarem mais estes bens. Isto, simplesmente, demonstra o grande papel exercido

pelas ferrovias na expansão do Capital e na conseqüente valorização dos estabelecimentos destas comunas.

2. ANÁLISE DA TABELA 3

HIPÓTESE

- a. "as modificações das relações técnicas de produção na agricultura via intensificação do uso de insumos de origem industrial" como adubos, inseticidas, fungicidas etc., são mais intensas, em média, naqueles municípios onde as ferrovias penetraram.
- b. O "aprofundamento das relações de produção capitalistas no campo, via aumento da importância do trabalho assalariado", são mais acentuadas nos municípios onde as ferrovias se instalaram.

A Tabela 3 mostra na primeira e quarta colunas o total das despesas que os estabelecimentos tiveram para os anos de 1939 e 1949. A segunda e quinta colunas o total das despesas com salários e a terceira e sexta, o total das despesas com insumos. Com relação a todas as despesas que os estabelecimentos tiveram para estes dois períodos, preferiram-se, para análise, os itens salários e insumos, já que, os mesmos demonstram, mais do que, por exemplo, impostos, o papel que as ferrovias exerceram na penetração do CAPITAL no Ceará.

Fica claro, quando se observa a tabela 3 que, em média, os municípios nos quais as ferrovias se instalaram, tiveram maiores despesas, em seus estabelecimentos rurais com salários e insumos. Só para o período de 1939, com relação a insumos, é que a situação se apresenta um pouco inversa (V. gráfico 5). Mas, mesmo assim, se somarmos o número de vezes para os dois períodos, o valor dos insumos dos municípios onde as ferrovias penetraram, superam aos daqueles onde elas não se instalaram. Em 20 comparações nos dois períodos, os municípios onde as ferrovias chegaram, superaram aos outros em 11. O contrário, só ocorreu 9 vezes (V. gráfico 5). Em termos de valor, a situação se apresenta, ainda mais pendente aos primeiros. Para os dois períodos, estes gastaram com adubos, inseticidas etc., a quantia de Cr\$ 1 307.000,00, enquanto, os outros, só gastaram

768.000,00 (V. tabela 3). Em salários, tanto em número de vezes como em valor, a situação deixa evidente que, nos municípios onde as ferrovias penetraram - chamados a partir de agora de municípios A, o trabalho assalariado é mais utilizado do que nos municípios onde as ferrovias não penetraram - chamados a partir de agora de municípios B. De 20 comparações, nos dois períodos, em 13, nos municípios A, utiliza-se mais o trabalho assalariado. O contrário só ocorreu 7 vezes (V. gráfico 4). Em valores, para os dois períodos, a situação apresentada é a seguinte: para o período de 1939, os municípios A, tiveram nos estabelecimentos rurais Cr\$ 6 933.000,00 em despesas com salários. Os municípios B, tiveram despesas com este item de Cr\$ 5 542.000,00. Para o ano de 1949 os municípios A tiveram despesas em salários de Cr\$ 20 051.000,00 e os últimos em Cr\$ 18 350.000,00. Para os dois períodos os primeiros despenderam em salários a quantidade de Cr\$ 26 948.000,00, enquanto os outros gastaram com esse item, a quantia de Cr\$ 23 892.000,00.

Os dados acima corroboram nossos argumentos. De fato, os municípios atingidos pelos trilhos, tiveram maiores modificações nas relações técnicas de produção na agricultura e um maior aprofundamento das relações de produção capitalistas no campo, com a utilização mais intensa do trabalho assalariado. Isto demonstra o grande papel exercido pelas ferrovias como instrumento eficaz para a expansão mais profunda do CAPITAL no setor rural do Ceará.

3. ANÁLISE DA TABELA 4

HIPÓTESE

- a. Os municípios atingidos pelos caminhos de ferro apresentam, em geral, um nível global de produção superior, aos dos não atingidos pelas ferrovias.
- b. Os municípios onde as ferrovias penetraram em suas fronteiras apresentam, em média, um nível de produção de algodão superior, aos dos municípios onde os trilhos não chegaram.

A primeira coluna da tabela 4 mostra a produção global dos

estabelecimentos agropecuários nos diversos municípios, para o ano de 1939. A segunda e terceira colunas mostram a produção global de algodão nos diversos municípios, para os anos de 1940 e 1950, respectivamente. A coluna 1 da tabela 4, deixa patente, a força de nossa primeira hipótese. Como mostram os dados, na realidade, o nível de produção global dos estabelecimentos dos municípios A são, em média, superiores à produção dos estabelecimentos dos municípios B. De 10 comparações, em 9, os municípios A tiveram uma produção superior, nos estabelecimentos, ao dos municípios B (V.gráfico 6). Em termos de valores a situação se mostra ainda mais clara. Nos estabelecimentos agropecuários dos municípios A, a produção global atingiu, em 1939, a importância de Cr\$ 39 887.000,00. Nos municípios B, a produção global só atingiu 29 069.000,00.

As segunda e terceira colunas da tabela 4, evidenciam o que afirmamos (2ª hipótese). De 20 comparações - anos de 1940 e 1950 - em 16, os municípios A, tiveram um nível de produção de algodão superior aos dos municípios onde as ferrovias não penetraram - municípios B (V. gráfico 7). Em termos de cruzeiros o quadro é ainda mais favorável à confirmação de nossa hipótese. Nos dois períodos, a produção de algodão dos municípios B, apresentaram um nível global de produção de 9 869.000,00. Estes valores crescem, de maneira acentuada, nos municípios onde as ferrovias chegaram. O nível de produção, aí é quase três vezes superior - Cr\$ 23 749.000,00.

Os dados existentes na Tabela 4, confirmam os nossos argumentos, contidos no item 2.2.2. deste trabalho. As ferrovias - Leia: O CAPITAL - de fato, objetivavam em sua penetração, no Ceará, tornar maior - no presente e no futuro - cada vez mais, a produção do "ouro branco". Nos municípios onde as ferrovias estenderam seus tentáculos, este desejo - o que é óbvio - se concretizou mais facilmente, comprovando, assim, a afirmativa de que as ferrovias, no Ceará, vinham para tornar mais dinâmica a produção de bens de exportação. Estes fatos, na verdade, confirmam a força de nossos argumentos.

HIPÓTESE

a. O nível de concentração da propriedade da terra dos municípios atingidos pelas ferrovias é muito superior ao dos municípios não atingidos por elas. Em outras palavras o CAPITAL em sua avalanche expansionista deixa, atrás de si, uma estrutura fundiária marcada por uma acentuada concentração da propriedade de terra.

Para a análise dessa hipótese, preferiu-se dividir as categorias dos estabelecimentos em três³⁰: estabelecimentos de menos de 100 hectares; de 100 a 1000 hectares e de mais de 1000 ha.

As tabelas 5, 6 e 7, mostram a força de nossa afirmação. Os fatos se tornam claros, quando se observam os quadros 3, 4, 5, 6, 7 e 8 que correspondem à soma global dos números dos estabelecimentos e áreas, para as três categorias, nos três períodos. Os quadros 3 e 4 - dados do censo de 1920 - já mostram que o nível de concentração da propriedade nos municípios onde as ferrovias penetram, é bem superior ao dos municípios onde elas não chegam. Nos municípios A, 95,3% das terras são ocupadas por estabelecimentos de mais de 1000 hectares. Nos municípios B, apenas 86,4% das terras são ocupadas por estabelecimentos de mais de 1000 ha. Os estabelecimentos de menos de 100 ha., ocupam nos municípios A, só 0,02% das terras, enquanto nos municípios B, eles chegam a ocupar 1,11% das terras. Verifica-se a mesma tendência para os estabelecimentos por nós considerados como médios, ou seja, para aqueles que têm uma dimensão entre mais de 100 ha. e menos de 1000 ha. Nos municípios A, estes estabelecimentos ocupam uma área de apenas 4,3%, enquanto nos outros chegam a ocupar uma área bem mais significativa - 12,4%.

Com relação aos dados do censo de 1940 - tabela 6 e quadros 5 e 6 - verifica-se a mesma tendência, só que com uma intensidade bem menor. Para este ano, os municípios onde as ferrovias penetraram, têm 26,7% de suas terras ocupadas por estabelecimentos de me

nos de 100 ha., enquanto nos municípios B, eles ocupam uma área bem maior, 30,6%. Os estabelecimentos médios são bem mais significativos, nos primeiros - 62,9% da área - do que nos segundos - 59,6% da área. Por sua vez, os estabelecimentos de mais de 1000 ha. ocupam, nos municípios A, uma área, em termos relativos, mais de duas vezes superior - 13,7% - a dos municípios não penetrados pelas ferrovias - 6,5%. O que se verificou, nos dois primeiros períodos, repete-se no terceiro. O censo de 1950 - dados na tabela 7 e nos quadros 7 e 8 - mostra que nos municípios atingidos pelas ferrovias, a área ocupada pelos estabelecimentos de menos de 100 ha. - 20,5% - é bem menor do que nos outros - 23,5%. Para os estabelecimentos médios, as áreas ocupadas são mais ou menos iguais para as duas categorias de municípios (V. quadros 7 e 8). Para os estabelecimentos de mais de 1000 ha., a situação é um pouco diferente. Nos primeiros - municípios A - eles ocupam quase um terço de toda a área dos estabelecimentos - 31,4%. Nos outros só ocupam 25,7%.

Até os gráficos 8 e 9, mostram a força desta hipótese. Os municípios onde os trilhos se estenderam, só superaram os outros na ocupação relativa de áreas de menos de 100 ha., em 5,4 e 3 vezes, nos períodos de 1920, 1940 e 1950, respectivamente, enquanto os municípios não atingidos pelos caminhos de ferro, superaram, estes, em 3,6 e 7 vezes para os mesmos períodos. Com relação aos estabelecimentos de mais de 1000 ha., a situação se apresenta inversa. Os primeiros superaram os segundos em 5 e 6 vezes nos períodos de 1920 e 1950. O contrário só ocorreu 3 e 4 vezes.

Todo o quadro descrito acima nos mostra, claramente, que o processo de "modernização", além de implicar no aparelhamento de uma infra-estrutura capaz de tornarem mais dinâmicas as exportações da região, traz consigo, paulatinamente, na medida em que por exemplo, as ferrovias se interiorizam - modificações substanciais na estrutura fundiária³¹ dos municípios atingidos pelas ferrovias, ajudando na elevação da concentração da propriedade de terra.

HIPÓTESE

a. Nos municípios onde as ferrovias se internaram, o nível de utilização médio das terras dos seus estabelecimentos agropecuários é superior aos dos estabelecimentos dos municípios não atingidos pelas ferrovias, o que demonstra, neste caso, uma maior subordinação da agricultura destes municípios - dos primeiros - ao CAPITAL.

A tabela 8 e os quadros 9, 10 e 11 tenta mostrar isto. O quadro 9, por exemplo, demonstra que, nos primeiros municípios, a área média dos estabelecimentos ocupados por matas é bem menor - 19,71% - do que nos estabelecimentos dos municípios não atingidos pelas ferrovias - 31,0%. A mesma coisa, praticamente, se repete com relação ao período de 1940 (V. Quadro 10). Nos primeiros, a área ocupada por matas atinge 370 649 hectares ou 36,9% do total dos estabelecimentos - 1 004 800 ha. Nos municípios não atingidos pelas ferrovias, esta ocupação da área dos estabelecimentos por matas, sobe para 45,9% sobre o total da área.

Dois dados interessantes contém, ainda, o quadro 10. Estes dados demonstram como as ferrovias em sua expansão, provocam uma maior utilização do fator terra no Ceará, o que é perfeitamente explicável já que com as ferrovias, procurava-se incrementar a produção, em particular, do Algodão. Isto levou, fatalmente, a uma intensificação do uso do solo, nos municípios atingidos pelos trilhos. Os dados do quadro 10 evidenciam, claramente, estes fatos. Enquanto, nos primeiros, ou seja, nos municípios atingidos pelos trilhos, o montante de terras não exploradas - 232 379 ha. - sobre o montante de terras em exploração 1 004 800 ha. - dá um percentual de apenas 23,1%, nos outros municípios, este percentual chega a quase o dobro - 45,9%. A mesma coisa, praticamente, se repete com relação ao montante de terras improdutivas. Nos primeiros, o percentual, é de apenas 7,4% enquanto nos segundos é de 12,6%.

Os dados acima expostos, dão guarida a nossa hipótese e, mostram, ainda, que o CAPITAL - leia: ferrovias - em sua expansão, tendo a ser, fatalmente, UMA AGRESSÃO À NATUREZA, na medida em que, ao se tentar um maior nível de utilização da terra, provoca-se desmatamento indiscriminado, empobrecimento precoce do solo etc.

3. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

22

01. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 15ª Edição: São Paulo: Ed. Nacional, 1977. p. 110
02. Com a expansão, principalmente, da economia cafeeira, a balança de comércio do Brasil, apresenta-se superavitária durante a maior parte da segunda metade do século XIX, propiciando os recursos necessários à expansão material do país. V. a esse respeito PINTO, Virgílio Noya. Balança das Transformações Econômicas no Século XIX. in Brasil em Perspectiva, Org. Carlos Guilherme Mota. 9ª Ed.; Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 144.
03. Este processo tinha como um dos objetivos maiores o de expandir a economia agro-exportadora, levando o Brasil a inserir-se de forma muito mais intensa nas correntes internacionais de comércio.
04. É interessante observar que o aperfeiçoamento e viabilização do Modelo Exportador implicava, por exemplo, em o Brasil poder adquirir manufaturados - desafogando os estoques dos parques industriais dos países centrais - e poder absorver Capitais excedentes que seriam pagos - os capitais com as amortizações e os juros - pelo que o país pudesse exportar em produtos primários. Dessa forma, a dinâmica do Modelo Exportador, exigia uma sempre crescente modernização da infra-estrutura necessária para que se exportasse mais, o que representava para os países centrais, matar dois coelhos de uma só cajadada, pois ao mesmo tempo que estavam exportando manufaturados e Capitais excedentes - fazendo com que a taxa média de lucratividade, aí, voltasse a crescer - estavam, também adquirindo a preços baixos, matérias-primas imprescindível a realização do processo de acumulação e reprodução de Capital nos países industrializados. Era preciso, então, que o Brasil não se apresentasse com deficits alarmantes no seu Balanço de Pagamentos, já que deve-

ria arcar com os sempre crescentes serviços da dívida e compra de manufaturados. Daí decorre a ênfase que se dá em se exportar mais e mais.

05. "Em 1881, o Senador Leão Veloso, no relatório à Assembléia dizia: 'o algodão é o produto mais importante do Ceará e pode ser considerado a base da riqueza da província, attenta a extensão de terras que ella possuie apropriadas a esta cultura' ". BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. A Cultura do Algodão: especialmente no Ceará (Fortaleza: Tipolitho Gadelha, 1916), p. 10.
06. Esta discussão acerca da necessidade e interesse dos países centrais assegurarem fontes baratas de matérias-primas na periferia, é abordado por DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. 16ª Ed.; Rio de Janeiro: Zahar, 1977. e HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 14ª Edição; Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
07. Este esforço de aparelhar melhor a Província, na realidade, vinha desde a primeira metade do século XIX, intensificando-se na segunda metade deste século; com o processo de Expansão Capitalista advindo da crise porque passavam as economias centrais. Já em 1835 se instala o Banco Provincial do Ceará, "o primeiro a funcionar em território brasileiro, depois do Banco do Brasil de D. João VI". GIRÃO, Raimundo, História Econômica do Ceará. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1947. p. 269. Na década de sessenta, o Ceará, era ligado a outras áreas do Brasil pelas Companhias Pernambucanas, Maranhense e Companhia Brasileira de Navegação. Se ligava ao exterior por companhias que unia essa Província aos EUA e Europa. Nos anos setenta, se dá a grande arrancada dos caninhos de ferro e em 1878 inaugura-se o telégrafo. Neste período, Fortaleza se aparelha melhor para exercer seu papel de espaço gerente da produção. O setor agrícola, como principal atividade econômica do Ceará-recebe atenções substanciais, com incentivo ao aumento e melhoria da produção.

08. GUABIRABA, Maria Célia de Araújo. Atuação do Estado na Agricultura Cearense: contribuição para análise do modelo exportador - 1850/1930. Fortaleza: Suplan/Fundação Getúlio Vargas/Cepa, 1978. p. VIII.
09. Idem, op. cit., p. 67.
10. O Algodão é o produto mais importante para a economia Cearense, não só no momento da implantação das primeiras vias férreas neste território. Durante todo o período que abrange nosso estudo, ele se constitui no produto mais exportado, principalmente, nas décadas de sessenta e setenta do século XIX. De 1919 a 1928, o Algodão concorre, em média, com cerca de 60% das exportações agrícolas do Ceará. V. Anuário Estatístico do Ceará, Org. G. de Sousa Pinto, Anno XII (Fortaleza: Typ. Moderna, 1931). p. 229. A importância do Algodão para a economia Cearense é decantada, inclusive, pelos Presidentes da Província como por exemplo, o Sr. Leão Veloso, que já em 1881 bradava a importância do Algodão para a economia do Ceará. BRASIL, Thomaz P. de Sousa. op. cit., p. 10
11. Grifo nosso
12. GUABIRABA, Célia. op. cit., p. 25.
13. MATOS, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da Cultura Cafeeira. São Paulo: Alfa-Omega, 1974. p. 63.
14. Notícias: 100 anos da RVC, Ano II, Nº 7 (Fortaleza: RFFSA, 1970), p. 10.
15. NOGUEIRA, Accioly. Já afirmava em sua mensagem de 1907 que "a exportação é o termómetro que acusa as variações de nossa economia (...)". Citado por GUABIRABA, Célia. op. cit., p. 62.
16. GUILA, Maria da. O algodão em Pernambuco: desenvolvimento e decadência - 1860/1880. Recife: Mestrado de História, 1978. p. 19.

17. Incentivar a Cultura Algodocira significava, para a Inglaterra, ter matérias-primas para suas fábricas a preços mais baixos, o que implicaria em reduzir os custos de produção levando, naturalmente, a um aumento do nível de lucratividade do Capital. Era uma das formas da Inglaterra, em particular, sair o mais rápido possível da recessão deste momento.
18. Grifo nosso.
19. CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. in Sergio Buarque de Holanda (org). História Geral da Civilização Brasileira. 2ª Ed.; São Paulo: Difel, 1974. p. 111.
20. É evidente, que existiu uma exportação de algodão a preços baixos, para a Inglaterra. Aqui, o que se deve levar mais em consideração, é o papel de área reserva de matérias-primas baratas, deste espaço. Como sabemos, os preços no mercado internacional são determinados não só em função da oferta real, ou seja, do que realmente está se produzindo, mas em função, também, da oferta potencial - do que se pode produzir.
21. PINTO, Virgílio Noya. op. cit., p. 140.
22. A adoção destas novas técnicas de produção, fazia parte da estratégia global de modernização da agricultura cearense.
23. BESKOW, Paulo Roberto. "Agricultura e Capitalismo no Brasil". In: Encontros com a Civilização Brasileira, Nº 19 (Janeiro, 1980). p. 113.
24. Iden, p. 114.
25. GIRÃO, Raimundo. História Econômica do Ceará. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1947. p. 385.
26. A não utilização da nona zona, nesta primeira etapa do estudo - zona do Baixo e Médio Jaguaribe - deve-se ao fato de não passar caninhos de ferro sobre seu território.
27. O fato de preferir-se escolher, na primeira forma, municípios da mesma zona e não de zonas diferentes, deve-se a diversos fatores. Levou-se em consideração - já que se desejava

fazer um estudo mais seguro - que não seria sensato escolher, por exemplo, dois municípios, um do Cariri - onde as terras, devido a fertilidade do solo e uma maior abundância de água são, em princípio - mais caras - e outro do Sertão Central - onde as terras, devido a pobreza do solo e a pouca ocorrência de chuvas são, relativamente, mais baratas (V. Tabela 1).

28. Este estudo, nos induziu, quando da escolha dos municípios, a levar em consideração a extensão territorial dos mesmos, já que um município com uma extensão territorial duas, três ou quatro vezes superior a outro, tende a apresentar, por exemplo, um nível global de produção, despesa com adubos, valor total das terras, etc., superior a um outro menor. Se tivéssemos em mãos, dados médios - os censos utilizados não dão todos os valores médios - talvez, não fosse necessário levar em consideração estes fatos (V. Tabela 1).
29. Se o valor total de todos os bens, nos três períodos, para o município de Pacoti - do grupo de comparação da zona de Baturité - é superior ao de Redenção - município atingido pelas ferrovias - o mesmo não acontece com relação ao valor do maquinário e instrumentos agrários, utilizados. Nos três períodos, para o município de Redenção, o valor total destes bens são superiores, neste município. Isto confirma a nossa hipótese de que as modificações das relações técnicas de produção na agricultura são mais intensas, em média, naqueles municípios atingidos pelas ferrovias.
30. Os dados foram agregados em três categorias: menos de 100 ha. de 101 a 1000 ha. e de mais de 1000 ha. O censo de 1920 apresenta dados de menos de 101 ha. e de 101 a 1000 ha. Para facilitar a análise dos dados, enquadraram-se os mes-

nos em nossas categorias, de menos de 100 ha. e de 100 a 1000 ha., respectivamente.

31. A análise da tabela 5, 6 e 7, juntamente com os quadros 3, 4, 5, 6 e 7 é capaz de mostrar esta realidade. É bem verdade que os municípios atingidos pelas ferrovias - e que apresentam, com a chegada das mesmas, em média, um nível de concentração da propriedade superior aos dos municípios não penetrados pelos trilhos - tinham, antes da chegada dos trilhos, uma estrutura fundiária, praticamente, idêntica a dos outros, já que pertenciam a mesma área.

2. VALOR DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS PELOS BENS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Municípios	1920 (em Mil-Réis)			1940 (em Cr\$ 1000)			1950 (em Cr\$ 1000)		
	Total de todos os bens 1	BENS		Total de todos os bens	BENS		Total de Todos os bens	BENS	
		Terras	Maquinas e instrumentos agrários		Terras	Maquinário		Terras	Maquinas e instrumento agrários.
Redenção	1.989:167\$	1.413:101\$	191:550\$	14.159	8.981	1.960	46.200	32.409	500
Paçoti	2.522:800\$	1.726:200\$	167:800\$	23.151	16.418	1.496	96.475	68.790	71
Ipu	2.619:775\$	2.033:500\$	56:075\$	14.802	9.415	731	30.407	21.062	87
Viçosa do Ceará	1.248:450\$	960:750\$	89:880\$	9.776	6.992	310	25.595	19.702	74
Senador Pompeu	1.603:700\$	572:480\$	16:900\$	11.375	4.717	33	46.567	33.968	392
Pedra Branca	1.035:505\$	543:578\$	57:400\$	4.760	2.463	44	21.419	16.307	53
Novas Russas				9.601	4.279	31	30.072	21.158	119
Tamboril	2.190:880\$	1.568:280\$	82:200\$	8.179	2.766	16	31.911	24.075	65
Crateus	2.039:651\$	1.415:821\$	32:800\$	15.625	6.844	70	23.326	14.968	212
Campos Sales	1.094:400\$	682:500\$	5.800\$	4.264	977	5	18.279	11.064	194
Iguatú	4.056:890\$	2.431:455\$	148:140\$	31.457	19.034	114	59.253	44.101	622
Jucás	2.622:125\$	1.904:143\$	35:450\$	14.756	7.744	106	49.551	35.144	42
Crato	4.425:381\$	3.377:606\$	297:515\$	15.765	10.200	1.037	57.254	45.406	451
Araripe	2.457:120\$	1.828:680\$	10:000\$	3.682	1.453	9	19.539	12.840	148
Itapipoca	1.271:978\$	915:828\$	50:290\$	21.900	10.973	236	56.404	40.428	110
Acarau	1.526:669\$	792:482\$	59:170\$	19.308	11.770	108	44.772	32.246	73
Iguatú	4.056:890\$	2.431:455\$	148:140\$	31.457	19.034	144	59.253	44.101	622
Aracati	634:400\$	299:050\$	93:400\$	11.152	8.288	240	35.466	26.702	81
Quixaramobim	4.088:095\$	2.054:370\$	82:745\$	27.589	11.139	856	94.934	60.633	176
Russas				24.754	14.480	38	64.316	45.228	223

FONTE: Censos de 1920, 1940 e 1950.

1. No total de todos os bens está computado terras, prédios e construções, maquinários, veículos e animais.

3. DESPESA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDAS POR CLASSE, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Municípios	VALOR (Cr\$ 1000)					
	1939 ¹			1950		
	Total ²	Salários	Adobos, etc ³	Total de todas as despesas ⁴	Salários	Total dos adobos fertilizantes, inseticidas e fungicidas.
Redenção	1932	1440	7	4361	3447	174
Paçoti	2026	1747	14	8426	6472	9
Ipu	820	668	17	1790	1283	100
Viçosa do Ceará	339	289	5	1863	1223	104
Senador Pompeu	349	279	7	1912	641	101
Pedra Branca	286	272	0	1149	664	20
Tamboril	71	57	1	1488	861	45
Novas Russas	61	46	0	2165	1483	53
Crateús	375	293	11	1620	849	55
Campos Sales	273	199	13	1805	1196	58
Iguatu	1013	754	10	4633	2667	241
Jucás	690	571	19	2760	1135	135
Crato	1536	1139	7	3143	1940	90
Araripe	277	215	9	1585	1129	15
Itapipoca	893	686	3	3299	2361	25
Acarau	862	725	30	3576	2351	73
Iguatú	1013	754	10	4633	2667	241
Aracati	352	246	3	2145	1053	187
Quixaramobim	1120	874	16	5348	2713	139
Russas						

FONTE: Censos de 1940 e 1950.

1. Não foi feito com relação à 1920, devido a falta de dados
2. Está incluída, também, as despesas de transportes de produtos e impostos
3. Adobos, fertilizantes - sementes e mudas - inseticidas.
4. Inclui afóra estas, impostos e outras despesas.

4. PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Municípios	Produção total de todos os Estabelecimentos.	Produção de Algodão segundo os Municípios.	
	Em Cr\$ 1000	Em Toneladas	
	1940	1940	1950
Redenção	4995	1351	234
Paçoti	4056	55	36
Ipu	3038	1577	155
Viçosa do Ceará	1982	14	3
Senador Pompeu	2662	1497	1087
Pedra Branca	1607	342	227
Novas Russas	2788	438	146
Tamboril	1511	33	103
Crateús	5163	141	16
Campos Sales	1093	356	830
Iguatú	3759	3682	1734
Jucas	4527	3471	2599
Crato	4268	651	3070
Araripe	907	307	338
Itapipoca	5541	584	226
Acarau	5028	179	59
Iguatú	3759	3682	1734
Aracati	3435	346	187
Quixaramobim	3914	1821	2686
Russas			

FONTE: Censos de 1940 e 1950.

5. ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS POR GRUPO DE ÁREA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

- 1920 -

Municípios	Total dos estabelecimentos recenseados.	De menos de 100 ha.		De 100 ha. a 1000 ha.		De mais de 1000 ha.	
		Nº de estabelecimentos. ¹	Área(ha)	Nº de estabelecimentos.	Área(ha)	Nº de estabelecimentos.	Área(ha)
Redenção	124	53	89	65	1066	6	1306
Paçoti	162	80	81	79	976	3	4480
Ipu	206	94	90	104	1045	7	70357
Viçosa do Ceará	140	136	77	3	126	1	1000
Senador Pompeu	181	58	79	99	1078	19	30632
Pedra Branca	127	15	105	111	1284	1	6050
Novas Russas	-	-	-	-	-	-	-
Tamboril	323	36	89	275	1068	18	12740
Crateus	241	60	60	145	1092	63	10352
Campos Sales	149	28	80	120	1013	1	1513
Iguatú	399	144	92	246	1048	46	4019
Jucas	362	140	98	190	1054	32	23316
Crato	269	183	92	78	1074	8	1268
Araripe	164	31	70	115	1035	18	3729
Itapipoca	295	141	94	103	1044	15	5512
Acarau	214	120	89	82	1000	12	4118
Iguatú	399	144	92	246	1048	46	4019
Aracati	85	44	76	39	1013	2	1726
Quixaramobim	236	56	74	138	1120	42	83753
Russas	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censo de 1920

1. O Censo de 1920 apresenta certas imperfeições como, por exemplo, o fato de algumas vezes o número de estabelecimentos ser superior ao total da área.

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDA POR GRUPO DE ÁREA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

- 1940 -

Municípios	Total dos estabelecimentos recenseados(ha)	Total dos Municípios(Nº de estabelecimentos)	De menos de 100 ha.*		De 100 ha. a 1000 ha.		De mais de 1000 ha.	
			Nº de Estabelecimentos.	Área(ha)	Nº de Estabelecimentos.	Área(ha)	Nº de Estabelecimentos.	Área(ha)
edenção	33947	810	748	12466	59	15037	3	(X)
açoti	46529	844	701	21836	143	23611	-	(X)
pu	120058	1085	753	25010	332	95028	-	(X)
içosa do Ceará	72591	1494	1386	23407	99	24830	9	5568 (X)
enador Pompeu	123009	875	575	22881	290	73650	10	12646 (X)
edra Branca	54640	928	805	23309	121	28455	2	(X)
ovas Russas	177597	1354	1180	32887	171	49213	3	(X)
amboril	141599	586	282	7100	238	108534	16	22733 (X)
rateus	128507	2054	1700	66635	231	68242	3	3620 (X)
ampos Sales	104748	858	657	25238	197	48434	4	7244 (X)
guatú	154202	1719	1468	45964	240	54874	10	(X)
ucas	147984	2112	1759	51675	340	75444	7	(X)
rato	47407	778	631	15324	103	29347	2	(X)
raripe	78391	567	409	15735	150	41645	8	7909 (X)
tapioca	218102	1649	1051	31013	565	131093	21	25438 (X)
carau	204043	2959	2468	51669	466	122712	19	(X)
guatú	154202	1719	1468	45964	240	54874	10	(X)
racati	105476	1389	1208	23959	167	40794	14	14193 (X)
uixaramobim	339921	1294	704	28601	519	159108	71	126153 (X)
ussas	94372	2059	1880	28992	170	47277	9	(X)

ONTE: Censo de 1940

X) Omite parte do resultado afim de evitar individualização de informações. Os dados omitidos acham-se incluídos nos totais.

*) Para facilitar a análise dos dados, preferiu-se agregar todos os dados nestas três categorias, para os três períodos.

7. ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDA POR GRUPO DE ÁREA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

- 1950 -

Municípios	Totais Estabelecimentos	Totais Área (ha)	De menos de 100 ha.		De 100 ha. a 1000 ha.		De mais de 1000 ha.	
			Nº de Estabelecimentos.	Área(ha)	Nº de Estabelecimentos.	Área(ha)	Nº de Estabelecimentos.	Área(ha)
Redenção	380	43113	298	9217	74	18414	8	15482
Paçoti	993	20827	959	14920	34	6007	-	-
Ipu	557	63228	373	13254	181	42657	3	7317
Viçosa do Ceará	758	57193	658	15494	92	21940	8	19759
Senador Pompeu	1443	119431	1108	31557	249	60566	14	27308
Pedra Branca	321	73859	108	5534	206	58114	7	10211
Novas Russas	1082	134147	830	30964	244	54916	8	48467
Tamboril	947	207741	432	16706	490	141669	25	49366
Crateus	952	152789	508	25445	429	104422	15	22922
Campos Sales	820	80661	648	20042	168	35406	4	19213
Iguatú	1377	118692	1116	40676	256	56832	5	21184
Jucas	1409	130108	1106	41819	290	68258	13	20031
Crato	875	49782	779	18507	92	24717	4	6558
Araripe	813	76250	604	21266	203	43720	6	11264
Itapipoca	1426	263777	898	36466	495	145122	33	82189
Acarau	2880	281400	2330	72714	530	135178	26	73508
Iguatú	2886	281400	2330	72714	256	56832	5	21184
Aracati	974	103467	777	18336	181	54215	16	30856
Quixaramobim	1278	402413	590	29193	619	155914	69	217306
Russas	2215	141740	2080	42461	111	31675	21	67604

FONTE: Censo de 1950.

8. ÁREA EM HECTARES DOS ESTABELECIMENTOS, DISTRIBUÍDA PELA UTILIZAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Municípios	1920			1940			1950			
	Área dos Estabelecimentos	Área ocupada por matas nos Estab. Rurais	A área em matas e a dos Estab. Recenseados. %	EM EXPLORAÇÃO		Não Explorada	Improdutiva	Lavouras, pastagens etc.	Matas Naturais	Terras incultas
				Lavoura, pastagens etc.	Matas					
Redenção	32019	12711	39,7	17989	8470	15420	538	43113	10684	17353
Paçoti	30967	6595	21,3	31922	9177	12592	2015	20827	3428	6440
Ipu	120515	34467	28,6	78920	12874	31336	2802	63228	12209	25183
Viçosa do Ceará	5213	3159	60,6	22065	4943	39619	10907	57193	12926	33816
Senador Pompeu	112641	27934	24,8	102073	21140	11779	3157	119431	29618	37767
Pedra Branca	41178	29546	71,8	22796	8372	31333	511	73859	20567	27154
Novas Russas	-	-	-	40692	6594	28766	3139	134147	13282	81805
Tamboril	142432	11964	8,4	107350	32104	25919	3330	207741	68156	41612
Crateus	125089	21390	17,1	108916	5170	12715	6876	152789	27736	57515
Campos Sales	33152	5668	17,1	77624	58643	24841	2283	80661	15942	38601
Iguatú	90370	4699	5,2	125691	46113	21299	7212	118692	30226	33380
Lucas	175041	118852	67,9	97244	55517	36231	14509	130108	50200	28572
Crato	42452	8023	18,9	28198	12817	12946	6263	49782	11720	15263
Araripe	69994	14698	21,0	54903	41693	21993	1495	76250	11210	52398
Itapipoca	69910	12665	20,5	170032	64889	37185	10892	263777	65674	132221
Acarau	54965	16489	3,0	118591	28051	69333	16119	281400	31870	202423
Iguatú	90370	4699	5,2	125691	46113	21299	7212	118692	30226	33380
Aracati	17209	1479	8,6	48697	53649	14962	5817	103467	36916	32316
Quixaramobim	219786	38242	17,4	285885	136469	39634	14402	402413	238615	66852
Russas	-	-	-	54020	16154	17775	22577	141740	49736	40293

FONTE: Censos de 1920, 1940 e 1950.

Q U A D R O S

1. VALOR DOS ESTABELECIMENTOS DISTRIBUÍDOS PELOS BENS, DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELAS FERROVIAS (EM MIL RÉIS)

Período	Total de todos os bens	Terras	% sobre o valor de todos os bens	Máquinas e instrumentos agrários	% sobre o valor total de todos os bens
1920	26 151:527\$	16 675:586\$	63,8%	1 024:155\$	3,9%
1940	193 730.000,	104 640.000,	54,0%	5 117.000,	2,6%
1950	503 670.000,	358 234.000,	71,1%	3 291.000,	0,65%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 2.

2. VALOR DOS ESTABELECIMENTOS, DISTRIBUÍDOS PELOS BENS, DOS MUNICÍPIOS NÃO ATINGIDOS PELAS FERROVIAS.

Período	Total de todos os bens	Terras	% sobre o valor de todos os bens	Máquinas e instrumentos agrários	% sobre o valor total de todos os bens
1920	15 332:349\$	10 305:660\$	67,2%	601:070\$	3,9%
1940	123 872.000,	73 321.000,	59,2%	2 372.000,	1,9%
1950	407 323.000,	292 098.000,	71,1%	1 024.000,	0,25%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 2.

3. ÁREA E NÚMEROS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS POR GRUPO DE ÁREA, DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELAS FERROVIAS - 1920.

Grupos de área	Total dos estabelecimentos por grupo	% de cada grupo sobre o total	Total das áreas em ha. por grupo	% da área de cada grupo sobre o total
De menos de 100 ha.	933	38,7%	761*	0,02%
De 100 a 1000 ha.	1224	50,8%	9 615	4,3%
De mais de 1000 ha.	252	10,4%	211 218	95,3%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 5

* O Censo de 1920 mostra certas deficiências como, por exemplo, o de o número de estabelecimentos, no primeiro grupo, ser superior ao de hectares.

4. ÁREA E NÚMEROS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS POR GRUPOS DE ÁREA, DOS MUNICÍPIOS NÃO ATINGIDOS PELAS FERROVIAS - 1920

Grupos de área	Total dos estabelecimentos por grupo	% de cada grupo sobre o total	Total das áreas em ha. por grupo	% da área de cada grupo sobre o total
De menos de 100 ha.	630	36,4%	765	1,1%
De 100 a 1000 ha.	1 014	58,5%	8 569	12,4%
De mais de 1000 ha.	88	5,1%	59 472	86,4%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 5

5. ÁREA E NÚMEROS DOS ESTABELECIMENTOS, DISTRIBUÍDOS POR GRUPO DE ÁREA, DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELAS FERROVIAS - 1940.

Grupos de área	Total dos estabelecimentos por grupo	% de cada grupo sobre o total	Total das áreas em ha. por grupo	% da área de cada grupo sobre o total
De menos de 100 ha.	10 278	71,1%	326 745	26,7%
De 100 a 1000 ha.	2 750	20,9%	730 466	59,6%
De mais de 1000 ha.	133	1,0%	167 857	13,7%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 6

6. ÁREA E NÚMEROS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DISTRIBUÍDA POR GRUPO DE ÁREA, DOS MUNICÍPIOS NÃO ATINGIDOS PELAS FERROVIAS - 1940.

Grupos de área	Total dos estabelecimentos por grupo	% de cada grupo sobre o total	Total das áreas em ha. por grupo	% da área de cada grupo sobre o total
De menos de 100 ha.	11 555	83,8%	272 920	30,6%
De 100 a 1000 ha.	2 141	15,5%	561 736	62,9%
De mais de 1000 ha.	88	0,6%	57 647	6,5%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 6

7. ÁREA E NÚMEROS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS POR GRUPO DE ÁREA, DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELAS FERROVIAS: - 1950

Grupos de área	Total dos estabelecimentos por grupo	% de cada grupo sobre o total	Total das áreas em ha. por grupo	% da área de cada grupo sobre o total
De menos de 100 ha.	8 830	74,3%	307 993	20,5%
De 100 a 1000 ha.	2 895	24,3%	720 192	48,5%
De mais de 1000 ha.	164	1,4%	469 917	31,4%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 7

8. ÁREA E NÚMEROS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS POR GRUPO DE ÁREA, DOS MUNICÍPIOS NÃO ATINGIDOS PELAS FERROVIAS - 1950.

Grupos de área	Total dos estabelecimentos por grupo	% de cada grupo sobre o total	Total das áreas em ha. por grupo	% da área de cada grupo sobre o total
De menos de 100 ha.	9 702	80,0%	275 252	23,5%
De 100 a 1000 ha.	2 305	19,0%	592 182	50,8%
De mais de 1000 ha.	126	1,0%	301 812	25,7%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 7

9. ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS PELAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO, DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS OU NÃO PELAS FERROVIAS - 1920.

Condições de utilização	Municípios	
	Atingidos pelas ferrovias	Não atingidos pelas ferrovias.
Áreas dos estabelecimentos dos municípios em hectares	903 152	570 151
Área total ocupada por MATAS nos estabelecimentos em hectares	164 830	208 450
Área média ocupada por MATAS em relação ao total da área recenseada	19,7%	31,0%

Fonte: Confeccionado com base na tabela 8

10. ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS PELAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO, DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS OU NÃO PELAS FERROVIAS - 1940

Condições de utilização	Municípios	
	Atingidos pelas ferrovias	Não atingidos pelas ferrovias
Terras em exploração ocupadas com lavoura, pastagens e matas em hectares	1 000 800	671 212
Terras ocupadas só por MATAS (ha)	370 649 ou 36,9%	308 366 ou 45,9%
Terras não exploradas (ha)	232 379	294 598
Terras improdutivas (ha)	74 493	84 563

Fonte: Confeccionado com base na tabela 8

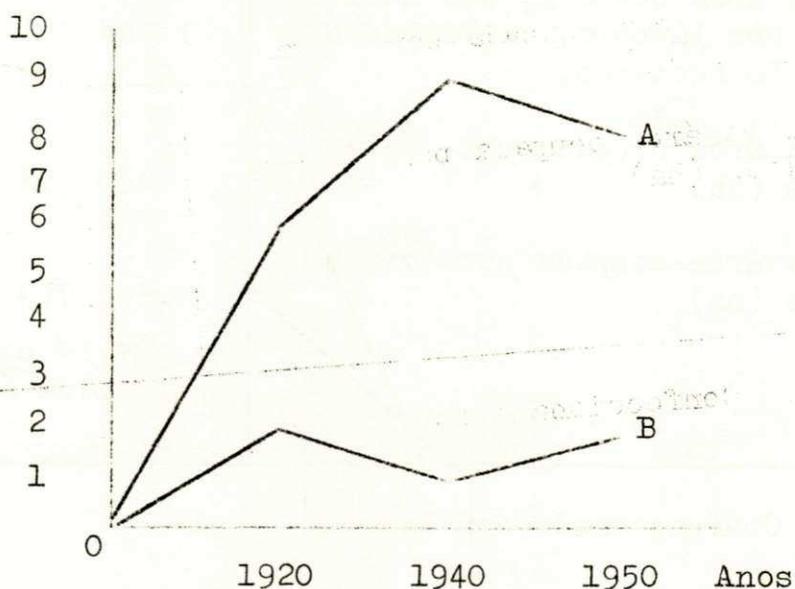
11. ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DISTRIBUÍDOS PELAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO, DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS OU NÃO PELAS FERROVIAS - 1950

Condições de utilização	Municípios	
	Atingidos pelas ferrovias	Não atingidos pelas ferrovias
Total da área ocupada, dos municípios, com lavoura, pastagens e matas - Em hectares.	1 466 054	1 307 319
Total da área ocupada por Matas Naturais (ha)	469 988	300 951
Total da área ocupada por terras incultas (ha)	500 719 ou 34,1% sobre o total da área	503 625 ou 38,5% sobre o total da área

Fonte: Confeccionado com base na tabela 8

GRÁFICOS

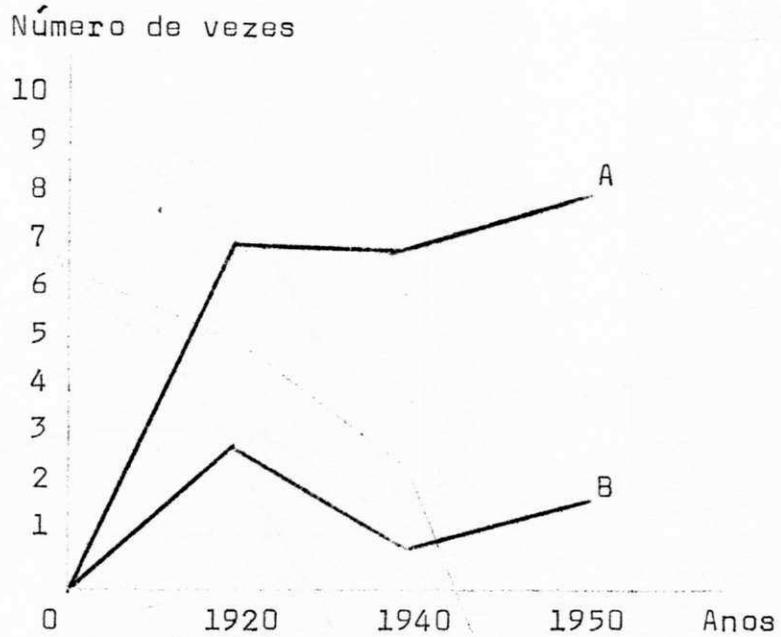
GRÁFICO 1



CONVENÇÃO

- A _____ Número de vezes que o valor total de todos os bens ou dos estabelecimentos dos municípios, onde as ferrovias passaram, superaram aos dos municípios onde as mesmas não penetraram.
- B _____ Número de vezes que o valor total de todos os bens ou dos Estabelecimentos dos municípios, onde as ferrovias não penetraram, superaram, nos três períodos, ao dos municípios onde as ferrovias penetraram.

GRÁFICO 2

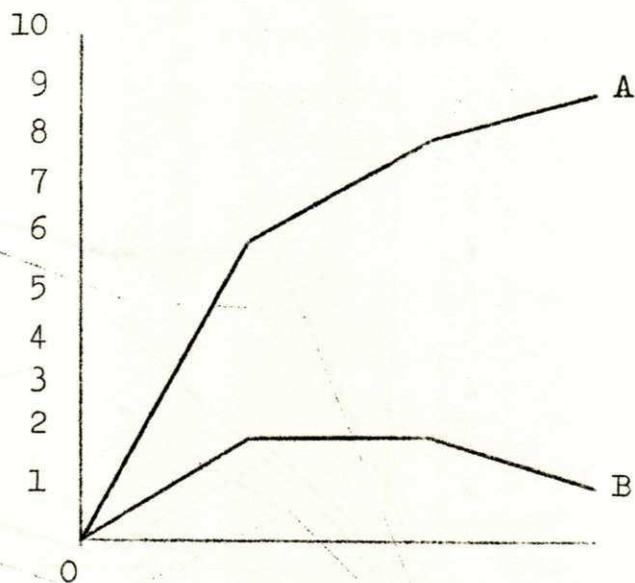


CONVENÇÃO

A _____ Número de vezes que o valor das terras dos municípios onde as ferrovias penetraram superaram às dos municípios onde elas não chegaram.

B _____ Número de vezes em que o valor das terras dos municípios onde as ferrovias não penetraram superaram às dos municípios onde elas penetraram.

GRÁFICO 3



CONVENÇÃO

- A _____ Número de vezes que os valores das máquinas e instrumentos agrários, dos municípios onde as ferrovias se internaram, superaram, os valores desses bens, nos municípios onde elas não penetraram.
- B _____ Número de vezes que os valores das máquinas e instrumentos agrários, dos municípios onde as ferrovias não passaram, superam, os valores desses bens, nos municípios onde elas passaram.

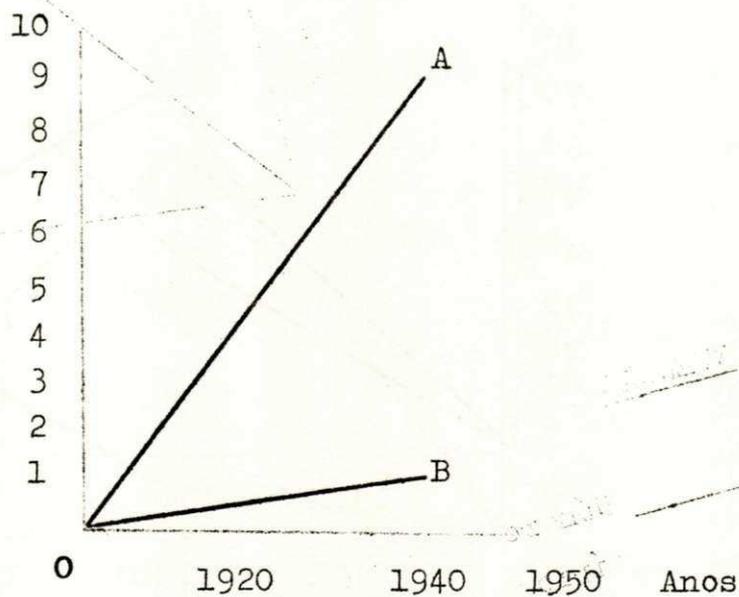
GRÁFICO 4



CONVENÇÃO

- A _____ Número de vezes que o valor das despesas com salários nos dois períodos, nos municípios onde as ferrovias se instalaram, superaram às despesas dos municípios onde elas não se instalaram.
- B _____ Número de vezes que o valor das despesas com salários, nos dois períodos, nos municípios onde as ferrovias não se instalaram, superaram às dos municípios onde elas se instalaram.

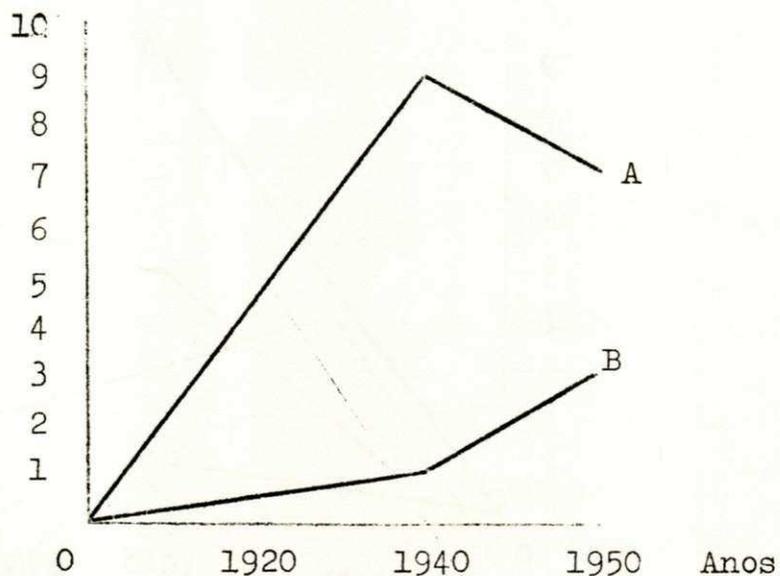
GRÁFICO 6



CONVENÇÃO

- A _____ Número de vezes em que o valor da produção global dos estabelecimentos agropecuários, dos municípios onde as ferrovias se internaram, para os dois períodos, foi superior à dos estabelecimentos dos municípios onde elas não penetraram.
- B _____ Número de vezes em que o valor da produção global dos estabelecimentos agropecuários, dos municípios onde as ferrovias se internaram, nos dois períodos, foi inferior à dos estabelecimentos dos municípios onde elas não penetraram.

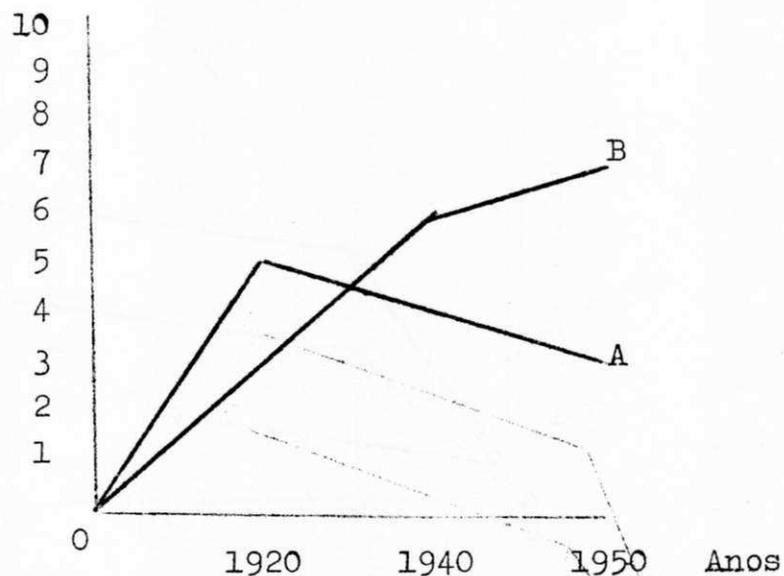
GRÁFICO 7



CONVENÇÃO

- A _____ Número de vezes em que a produção de algodão dos municípios onde as ferrovias penetraram, foi superior, nos dois períodos, à dos municípios onde elas não penetraram.
- B _____ Número de vezes em que a produção de algodão dos municípios onde as ferrovias não se instalaram, foi superior, nos dois períodos, à dos municípios onde elas se instalaram.

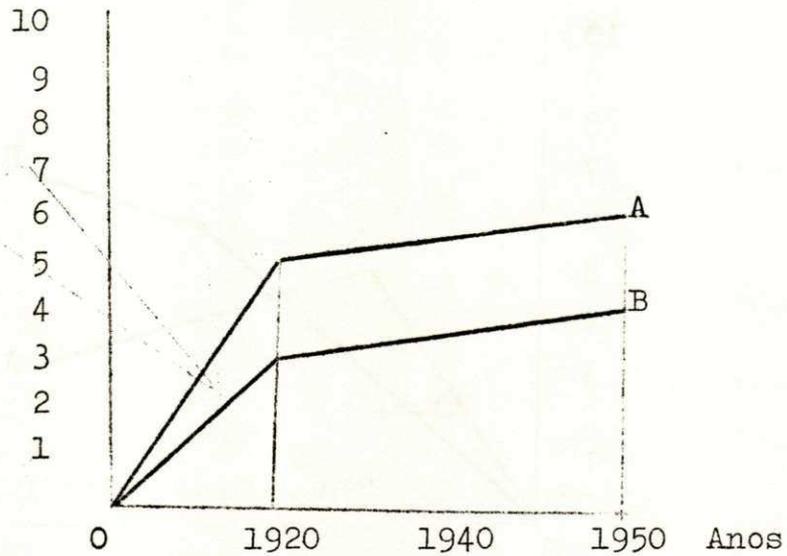
GRÁFICO 8



CONVENÇÃO

- A _____ Número de vezes em que a área dos estabelecimentos de menos de 100 hectares foi superior, nos municípios on de passaram as ferrovias, nos três períodos, à dos mu nicípios onde elas não penetraram.
- B _____ Número de vezes em que a área dos estabelecimentos de menos de 100 hectares, foi superior nos municípios on de as ferrovias não penetraram.

GRÁFICO 9



CONVENÇÃO

- A _____ Número de vezes em que a área dos estabelecimentos rurais de mais de 1000 hectares, foi superior, nos três períodos, nos municípios onde as ferrovias penetraram.
- B _____ Número de vezes em que a área dos estabelecimentos rurais de mais de 1000 hectares, foi superior, nos três períodos, nos municípios onde as ferrovias não penetraram.

TÓPICOS DA HISTÓRIA URUGUAIA

FRANCISCO DAS CHAGAS AMARO DA SILVA*

* Professor de História da América da
Universidade Federal da Paraíba

Cajazeiras - Paraíba

As economias centrais - com a Grã-Bretanha à frente -, procuravam adaptar as economias periféricas a suas próprias necessidades. Concretamente: receber matérias primas e alimentos e colocar bens manufaturados e capitais.

Para que as "novas" economias ingressassem a este dinâmico circuito econômico-financeiro, no interior de cada país periférico deviam produzir-se mudanças que o adequassem ao mundo moderno. Mudanças não só econômicas, também político-administrativas e culturais. Para citar um exemplo típico (que segue vigente), implantar pautas de consumo próprias das sociedades mais desenvolvidas.

A este processo de adaptação denominou-se modernização. A historiografia uruguaia aceita que no último quarto do século XIX o Uruguai experimentou um forte impulso modernizador. O país foi parcialmente subtraído aos padrões tradicionais, adaptando-se melhor as exigências do sistema capitalista liderado pela Grã-Bretanha.

A evolução do país, então, se processou pelo estímulo externo e não coincidiu necessariamente com as reais necessidades da sociedade uruguaia. Dito de outra maneira: a modernização fez do Uruguai uma região cada vez mais dependente dos centros mundiais do poder.

Se bem que a partir do fim da Guerra Grande os sinais da modernização começassem a manifestar-se, foi a partir de 1876 que o processo se fez mais notório e coerente. Aos governos militares do período 1876-1886 correspondeu a tarefa de criar as condições indispensáveis para a inserção do Uruguai na órbita capitalista britânica. Na década de 90, o presidente Júlio Herrera y Obes dizia - pitorescamente - exagerando -, que se sentia como "o gerente de uma grande estância, cujo diretório está em Londres".¹

É este processo de modernização que nós propomos estudar, não em todos os seus aspectos, pois isto fugiria a nossa proposta de trabalho, mas, até ao ponto em que ele sirva de apoio à tese que pretendemos desenvolver durante nossa pesquisa.

O Estado Oriental nascido legalmente na Constituição de 1830, não se constituiu num estado real, capaz de escrever um domínio de fato sobre todo o território nacional.

O precário funcionamento do aparelho estatal, centralizado apenas por determinação constitucional, era resultante da descentralização que imperava como decorrência da regionalização do país. Esta descentralização era originada, basicamente, pela primitiva estrutura sócio-econômica, voltada mais a uma economia de subsistência do que a uma economia de mercado, onde dominava o caudilho, marginalizado ideologicamente pelo patriciado (comerciantes) de Montevideú que dominava a máquina administrativa do Estado, sem contudo exercer um centralismo real.

Desta maneira, verifica-se uma ineficácia dos meios constitucionais de controle, constatada nas revoluções que se sucederam prejudicando a estabilidade política do país.

Os mecanismos reais do poder tornavam-se claros, nesta fase de debilidade do Estado Uruguaio (1830-1872) quando dominava o caudilho nacional abaixo do qual dominavam outros com menor número de homens e cavalos, estabelecendo-se assim um domínio de fato baseado numa hierarquia de forças, no cume da qual estava o caudilho, chefe militar superior a todos os outros.

É neste contexto de instabilidade e revoltas internas que se assinala o surgimento dos partidos tradicionais: Blanco e Colorado, que inicialmente nada mais eram do que facções possuídas de forte personalismo em torno da figura do caudilho - o Estado era o Caudilho, o partido era o Caudilho. A propósito, escreve Baltasar Mezzera:

"... nuestros partidos son gauchescos. Tienen ropaje, gesto, expresión retórica y acción, pero no ideas".²

Historicamente podemos observar que o surgimento dos dois tradicionais partidos uruguaios estão ligados a dois generais: Rivera e Oribe. Aquelle, foi o primeiro presidente uruguaio e o segundo foi o seu sucessor e eleito com o seu apoio. Logo, começaram as disputas em torno do poder pois Rivera queria continuar com o poder real na qualidade de Comandante General da Campanha. O conflito entre os dois generais enseja a oportunidade para Rosas então ditador argentino, começar em termos, parte dos seus planos políticos que incluíam a anexação do Uruguai ao território argentino, na condição de mais uma província. Para tanto Rosas e os federalistas argentinos interferiram na disputa interna uruguaia apoiando Oribe. A 10 de agosto de 1836 Oribe ordenou a soldados e empregados públicos que usassem uma divisa branca com o lema: "Defensor de las Leyes". Esta data é considerada como o dia da criação do Partido Blanco que posteriormente adotará o nome de Partido Nacional, sendo Oribe considerado o seu fundador.³

Durante as lutas os seguidores de Rivera parecem haver usado divisas azuis, porém como estas se tornassem brancas ao serem desbotadas pelo tempo, passaram de azul ao roxo, daí o nome de Colorado, Rivera é considerado fundador do Partido Colorado.⁴

Inicialmente, tais partidos não elaboraram programas, uma vez que a sociedade uruguaia, em meados do século XIX, encontrava-se mal delineada, sem interesses econômicos definidos. Representavam, contudo, tendências contraditórias devido ao personalismo de cada chefe político que liderava cada partido. Assim, o partido Colorado chefiado inicialmente por Rivera representaria melhor a idéia de democracia, pois seu líder era flexível, liberal e aberto enquanto o Partido Blanco tomava-se

um partido clerical e conservador, uma vez que seu chefe Oribe era representante da aristocracia.⁵ Estas tendências, porém, não implicavam numa diferenciação campo-cidade; ambos os partidos estão constituídos geralmente por grupos similares - a classe que dominava tanto no campo quanto na cidade - ou seja, aqueles que a rigor controlavam a estrutura produtiva, os pecuaristas, e aqueles que de forma mais direta vinculavam-se à atividade exportadora, os comerciantes. Não há pois um partido de classes, embora alguma diferenciação possa ser verificada através do peso maior de cada grupo nos partidos. Conforme já vimos anteriormente, no Partido Blanco era maior o peso dos pecuaristas que o dos comerciantes, proporção que se invertia no Partido Colorado.⁶

As hostilidades entre os dois partidos revelavam, pois, uma luta pelo controle do aparato estatal buscando o fortalecimento do poder central, uma vez que os regionalismos ainda se faziam presentes através das chefias do país representando os antagonismos entre o campo e a cidade. Além de tais lutas partidárias, que o Estado não conseguia neutralizar, observava-se também o choque entre representantes do patriciado e doutores contra os caudilhos. Era uma luta do principismo (ideologia aceita pelo patriciado de Montevideu, pregando a submissão do Estado aos princípios da Escola Liberal como forma de combater a ação pessoal) contra o caudilhismo.

Este período de debilidade política do Estado identifica-se com a chamada Guerra Grande (1839-1852), uma guerra civil que além da Argentina contou com a interferência naval e diplomática de franceses e ingleses, países europeus com interesses comerciais na Região do Prata. Também o Brasil terminou se envolvendo no conflito. A Guerra chega ao final após a derrota de Rosas em 1854 e Blancos e Colorados resolveram firmar uma paz sem vencidos e vencedores.

A Guerra Grande deixara um saldo negativo: ruína econô

mica (decréscimo da atividade pecuária comprovado através de dados estatísticos: 1843: 6 a 7 milhões de cabeças de gado - 1852: 2 milhões,⁷ endividamento do Estado a credores internos e às nações estrangeiras, decréscimo da população, decadência das principais fortunas do patriciado e acentuação da pobreza entre as classes populares no meio rural.

O grande problema pois, após 1851, era alcançar a paz para que a prosperidade retornasse impulsionando a economia do país e, consolidando de fato o Estado Nacional. Para isto, era preciso por fim as velhas rivalidades entre os Partidos políticos tradicionais. Nesse sentido duas maneiras de se idealizar a paz foram propostas: a política de fusão pregada pelos doutores dos partidos tradicionais e a chamada política de pactos, defendida pelos caudilhos de ambas facções. Estas duas políticas objetivavam o mesmo resultado, porém os fundamentos ideológicos identificados eram diferentes. Na realidade, elas traduziam o velho dualismo cultural que o país ainda não havia conseguido sair: a fusão tinha suas bases na cidade, a política dos pactos falava mais alto no campo.

A indefinição política caracterizou o período de 1851-1865, onde novas soluções foram tentadas, embora redundando em fracasso: a fundação do Partido Nacional em 1852, do Partido Conservador, em 1853 saído de uma ala principista do Partido Colorado e da União Liberal, criada em 1855, por um grupo de principistas. Tais agrupamentos demonstravam uma grande fragilidade por falta de um grupo de apoio urbano socialmente significativo; a cidade, além de principista, era predominantemente colorada e o campo continuava preso à estrutura partidária tradicional.

O velho problema da fragilidade do poder central não fora resolvido: o governo só era de fato central quando conseguia conciliar os interesses dos senhores do poder regional com os da classe urbana. As formas constitucionais eram ineficazes no sentido de coordenar a mecânica real do poder político.

Reacendia-se assim, a antiga contradição entre caudilhos e princi~~pi~~istas, propiciando a eclosão de uma nova guerra civil- a Revolução das Lanças em 1872 vencedores, os colorados aplaca- ram o campo contrário a fim de permanecerem no poder, conceden do-lhes generosa anistia e permitindo que os blancos chefiassem a administração de quatro dentre as quinze unidades territoriais ou departamentos que compunha o país. Durante dez anos, a par- tir de 1876, o governo Colorado assumiu a forma despótica mili- tar. Neste período, observava-se a risca a letra da constitui- ção, porém o seu espírito, que era o principal, era esquecido. Os blancos privados de muitas liberdades constitucionais, torna- ram-se quase fanáticos em sua oposição.

O Exército tornava-se pois, um instrumento das novas clas- ses sociais (advindas da imigração européia, principalmente fran- ceses, ingleses, alemães e espanhóis, e se ocupando das ativida- des comerciais e pecuaristas) que projetava através dele, as suas aspirações para modernizar o Estado e fortalecer o poder central, objetivando o desenvolvimento de suas atividades econô- micas. O exército nacional, débil desde o início da República frente a precariedade de meios que dispunha o Estado e face a concorrência com os exércitos particulares dos caudilhos, imbu- ía-se, com a participação na guerra do Paraguai, de um espírito de corpo organizado, consciente de sua força, para neutralizar os conflitos regionais.⁸

O governo militarista de Latorre, não sendo um governo de partido, era resultado de um outro fenômeno social (antago- nismo cidade-campo) decorrente da reação do elemento rural e mi- litar, sustentado por blancos e colorados contra o governo iná- bil de doutores (cujo liberalismo doutrinal foi ineficaz frente a crises financeiras e econômicas). A partir de então, o fortale- cimento do Estado era alcançado o que permitiria o desenvolvi- mento pleno das forças produtivas do país, possibilitando a sua futura estabilidade política.

Foi a partir do governo militar de Latorre que surgiram os primeiros passos para uma aliança política mais estável entre os dois partidos políticos: alternavam-se no seu governo personagens tanto do coloradismo como do Partido Blanco. No grande partido público sabiam blancos e colorados não como membros de coletividades políticas, mas sim como indivíduos.

Os partidos políticos, porém, haviam sobrevivido a época do militarismo. Este para tentar assegurar sua permanência no poder necessitava ampliar a base de seu apoio político; em consequência, destacou nas preferências das fileiras coloradas, com o apoio de Júlio Herrera Y Obes, então, os partidos ressurgiram graças ao impulso do principismo; era necessário dirigir os partidos e não eliminá-los.

O Partido Colorado de Júlio Herrera y Obes foi reorganizado procurando aglutinar homens da corrente tradicional do Coloradismo e outros provenientes do principismo; o mesmo ocorre com os blancos que agora denominam-se Partido Nacional. Plataformas partidárias desenvolveram-se na década 1880, não havendo contudo diferenças estruturais entre os dois partidos. Ambos eram partidos nacionais e, não locais, segundo a velha tradição de muitos colorados viverem no interior e muitos nacionalistas na cidade de Montevideú.

No final do século, o país prosperava materialmente e, isto implicava numa estratificação social: via-se crescer um embrião de classes médias, produto da imigração europeia intensificada na década de 1880 e o aumento dos setores populares com uma melhor organização do movimento operário, resultante da fraca industrialização que o país passava a conhecer.

Como resultado destas transformações, o país enfrentou problemas políticos de envergadura: o reorganizado Partido Nacional exigia coparticipação no governo e assegurar mecanismos eleitorais que permitiriam, num dado momento, desalojar os colorados do poder. O Partido encontrava-se fortalecido e unido em torno do seu chefe, o caudilho Aparício Saravia.

Por outro lado, a divisão começava a se delinear entre os colorados; duas tendências surgiam: uma agrupada em torno de Herrera y Obes, formando um círculo fechado e seletivo, excluindo as novas camadas sociais que surgiam e, outra, que crescia em torno de José Batlle y Ordoñez, aglutinando tais setores novos e opondo-se ao governo através do seu jornal "El Día".

De 1890 a 1897 imperou o civilismo excludente, que reservava o poder político a uma facção (a coletividade) do partido vencedor, excluindo de qualquer participação os adversários. Contra esse sistema se rebelariam, em 1897, não só os blancos, sob a chefia do caudilho Aparício Saravia (1856-1904), mas, também uma fração colorada. O "Pacto de la Cruz", ou paz de setembro depois de dura luta, restabeleceu a paz, porém ficou assegurado aos revoltosos nacionalistas (blancos) a escolha dos chefes políticos (governadores) de seis departamentos da República.⁹ Firmava-se o princípio da coparticipação territorial, que dava vantagem pelo seu predomínio, nas regiões, rurais do sul do país, aos blancos. Constatando os fatos, podemos até falar, neste período (1897-1904) de um governo bicéfalo, instalado em Montevideu e em "El Cordobés" onde estava localizada a residência de Saravia. A nova situação é assim descrita por Zavala Muniz:

Desde entonces hay dos gobiernos en la República. Uno parece ejercer-se desde la casa presidencial en Montevideo; el otro ordena desde las costas del arroyo Cordobés, en el departamento de Cerro Largo. Aquel ostenta la divisa colorada; éste la blanca. Uno tiene ejército regular, la hacienda pública; dirige oficialmente las relaciones internacionales, tiene sobre sí la responsabilidad de hacer respetar la ley y un parlamento que ostenta la representación nacional y habla en nombre de su soberana voluntad. Pero el otro mantiene sobre seis departamentos los cuadros de otro ejército partidario, avezado en las luchas internas y en las de los países vecinos.¹⁰

Esta contradição perdurou até o ano de 1904, quando Ba ttle, eleito presidente em 1903, apoiado pela maioria dos colo rados e por uma minoria dissidente dos nacionalistas liderados por Eduardo Acevedo, tentou e se converteu em presidente de um país com um só governo.

A Consolidação do Estado uruguaio em termos políticos, significou também sua dependência econômica, até porque a falta de recursos humanos e materiais e a presença de uma classe dirigente tradicional - formada por fazendeiros, pecualistas donos de salgadeiras, comerciantes de exportação e importação, banqueiros e toda uma corte de gestores e letrados - demasiada mente ligada aos interesses britânicos, não conseguiram encabe çar um desenvolvimento independente.

Em fins do século XIX a população do Uruguai se havia multiplicado várias vezes, para isto contribuíra decisivamente a imigração européia a qual veremos no momento, resumidamente.

A imigração no Uruguai e nos demais países da Bacia do Prata é um dos fatores mais importantes de sua formação social e econômica. Terminado o período colonial e estabelecida a independência política a partir de 1830, começa a corrente imigratória. Assim, a população do país que naquele ano era de 74.000 habitantes, passa a 128.000 em 1835, cinco anos depois. No período entre 1835 e 1842 entram 48.118 estrangeiros. Ao influxo de toda esta massa humana se produz o impulso econômico. Montevideú que durante o período das guerras da independência baixa sua população para 9.000 habitantes em 1843 chega a 31.000.¹¹

Ao término da guerra grande, o censo de 1852 dava ao Uruguai uma população de quase 132.000 habitantes, ou seja, uns 4.000 a mais que 1835. Observa-se que era necessário uma nova corrente imigratória para fazer crescer a população do país.¹²

O quadro abaixo mostra em número redondos o aumento da população uruguaia.

ANO	- 1852	1860
País	- 132.000	221.000
Montevideú	- 34.000	58.000. ¹³

Por outra parte, na década seguinte, o crescente imperialismo britânico, que havia começado a investir grandes capitais em serviços públicos, via seriamente ameaçados seus interesses não só porque o Estado não podia fazer frente aos compromissos contraídos, como não tinha condições para de imediato permitir abertura de perspectivas novas para outras inversões de capitais.

Tanto interesse já tinha o capitalismo britânico em investir no Uruguai que, em 1897 quando do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, interrompidas em 1871 o ministro inglês fez um discurso no qual sintetizou o pensamento dos capitalistas britânicos:

"El país que Vuestra Excelência tiene la alta misión de presidir, excede en extensión a Inglaterra y Gales, y es considerablemente mayor que los tres reinos de Portugal, Grécia y Belgica reunidos. El conjunto de los ricos y fértiles países que acabo de nombrar excede de 33 1/3 millones de habitantes, mientras que la República Oriental, apenas alcanza a medio millón. La población es evidentemente la suprema necesidad de esta República. Para traer emigración y lo no deja de ser menos preciso también, el capital superabundante en los países más ricos, dos cosas esenciales son precisas: la certidumbre del cumplimiento de los contratos que se establezcan y la perspectiva de una completa seguridad en la vida y propiedad, junto con la confianza en la estabilidad de los poderes gubernativos.¹⁴

Realmente, no que se refere a imigração, o apelo do ministro inglês surtiu o efeito desejado pois, já em 1870 a população do Uruguai atingia os 420.000 habitantes,¹⁵ em 1884, 560.000 sendo 164.000 em Montevideú; em 1889, 711.000 com a capital atingindo 215.000 e, em 1900 o Uruguai atingia 936.000 com Montevideú atingindo 268.000.¹⁶

Este fenômeno se vinculou a importantes mudanças sociais e econômicas. Com efeito, se em um primeiro momento a horda imigrantes se distribuiu entre a capital e o interior, pouco a pouco e devido as transformações produzidas no campo, que definiti-

vamente impediu o acesso a propriedade da terra para nacionais ou estrangeiros sem recursos, a população européia se concentrou no meio urbano, fundamentalmente em Montevideu. Para outras cidades confluíram além dos vindos de além-mar, os orientais desalojados pelo arame farpado que cercou os campos. Eles constituíram a origem do proletariado uruguaio, reserva imprescindível para o posterior desenvolvimento industrial do país, e das novas classes médias, quantitativamente importantes nos começos do século XX, que em poucos anos e com governos batllistas, haveriam de ter um peso político e ideológico muito importante.

Porém não somente pela maciça afluência de estrangeiros e o vertiginoso aumento da população caracterizou a segunda metade do século XIX. Desde a finalização da guerra grande, o Uruguai sofreu uma série de transformações que se intensificaram até o fim do século passado: a extensão do gado ovino, o cercamento dos campos e, mais adiante mestização do gado, que converteram a estância em um estabelecimento moderno, contribuindo para o aumento da produtividade dos campos e a sedentarização do gaúcho; o progresso da agricultura que, apesar de tudo, continuou sendo uma atividade econômica secundária frente a pecuária; a aquisição de uma infra-estrutura técnica imprescindível que o país necessitava para seu posterior desenvolvimento (ferrovias, telefone, correio, gás, água corrente, luz elétrica, telégrafo, maquinário agrícola e industrial, etc); a criação de um sistema bancário e a organização do crédito, que vieram a substituir as antigas práticas financeiras que edificaram e também acabaram tantas fortunas nos primeiros anos de vida independente do país; a proliferação das sociedades anônimas; e o desenvolvimento de uma indústria leve dedicada a substituição de importações, atividade que permitiu o surgimento de uma incipiente burguesia industrial e que conheceu um relativo auge em função das medidas protecionistas de 1875, 1886 e 1888, as

quais determinaram: aumento dos direitos de importação a produtos competitivos, isenção de direitos de importação a maquinários e combustíveis, isenção de impostos internos, etc.¹⁷

Na consolidação das novas estruturas econômicas do País, o comércio exterior teve um papel decisivo. O Uruguai exportava matérias-primas e alimentos provenientes do campo, e adquiria produtos elaborados, preferentemente britânicos. Se bem a produção uruguaia se colocava em vários países europeus, o controle inglês sobre o comércio oriental internacional operava no momento da fixação dos preços dos produtos de exportação e importação, e pela hegemonia sobre os canais de comercialização, através do controle de fretes e seguros e a presença das casas comerciais inglesas que vinculavam o país ao mercado internacional. Conquanto as ditas condições não possibilitassem um desenvolvimento industrial competitivo, ao estar os preços dos produtos exportáveis acima dos custos de produção ficava um excedente que beneficiava a burguesia uruguaia, que controlava praticamente todos os setores produtivos do país.

O aumento da produção e a melhora dos preços dos produtos orientais substancialmente não mudaram nada em matéria de comercialização. Os intermediários, não os produtores, seguiam recebendo o grosso dos lucros, e esses intermediários eram quase sempre, empresas estrangeiras ou comerciantes vinculados a elas. Barrán e Nahum resumem o problema com dados concretos:

"En realidad, el ciclo producción-intermediación había engendrado una estructura piramidal, en cuya base se hallaban los 22.700 ganaderos censados en 1900. Luego aparecía un par de cientos de casas de comercio en campaña: afinándose cada vez más burscamente, en su penúltimo escalón la pirámide mostraba a las 15 o 20 grandes barracas de Montevideo y el litoral, y por último, en plena cúspide, las 8 firmas exportadoras, extranjeras en su mayoría, que controlaban más del 70% de la lana enviada a Europa".¹⁸

A diversificação de produtos (couros, lã e carne salgada), se bem todos eles derivados do campo, e também de mercados para sua colocação, assim como a alta demanda internacional, determinaram nas décadas finais do século XIX um superavit na balança comercial do Uruguai (em que pese as custosas importações a maior parte delas de caráter suntuoso) que permitiu equilibrar na balança de pagamento os juros e demais pagamentos provenientes dos serviços de fretes e seguros, os dividendos e amortizações dos empréstimos estrangeiros e o pagamento, dos capitais ingleses que, fundamentalmente com destino a serviços públicos, começaram a chegar ao Uruguai de forma cada vez mais abundante.¹⁹

Deste modo, através do comércio exterior e da entrada de capitais foi-se atando em forma cada vez mais crescente a vinculação do Uruguai ao mercado mundial, vinculação esta que tomará no século XX caráter definitivo. Concluindo podemos afirmar que com a existência de importantes capitais acumulados durante o século XIX o gradual desaparecimento das relações de dependência pessoal, o incremento de assalariados e proletarização das classes baixas, a configuração cada vez mais precisa de uma importante classe média preferentemente urbana, e a consolidação do Estado, estavam, delineados todos os elementos para o desenvolvimento do Uruguai dentro do modelo das modernas sociedades capitalistas, embora deformado pela dependência econômica e coincidindo com as transformações produzidas a nível mundial: a extensão do papel dos monopólios, e surgimento de novas potências hegemônicas, o recrudescimento das lutas imperialistas pelo controle dos mercados o incremento das mobilizações operárias e do peso político e ideológico das correntes inspiradas no socialismo.

01. VIVES, Enrique Mendez - El Uruguay de la modernización - (1876 - 1904). Montevideo, 1977. p. 9.
02. MEZERRA, Baltasar - Blancos e Colorados. In: VARINI, Felipe S. Vasquez - Formación Económica del Uruguay. Montevideo, 1971. p. 38.
03. LINDAHL, Gorian - Batlle - La Segunda Constituição. Montevideo, 1977. p. 18.
04. Id. Ibid., p. 19
05. ZUM FELDE, Alberto, Proceso Histórico del Uruguay - Montevideo, 1941, ps. 20 a 30.
06. CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo - Dependência e Desenvolvimento na América Latina (Ensaio de Interpretação Sociológica). Rio de Janeiro, 1979, ps. 67 e 68.
07. BARRAN, José Pedro - Apogeo y Crisis del Uruguay Pastóril e Caudillesco - 1839 - 1875, Montevideo, 1976. p. 50.
08. Sobre o Exército no Uruguai cf. DE RIZ, Lilitiana - Exército y Política en Uruguay. In: URUGUAY: Poder, Ideología y Classes Sociales. CUADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIALES, Facultad de Derecho y Ciências Sociales/Instituto de Ciências Sociales, nº 1, Montevideo, 1980.
09. NARÂNCIO, Edmundo M. - Panorama Histórico del Uruguay. In: Batlle - Su Vida Su Obra. Montevideo, 1956 p. 17.
10. ZAVALA MUNIZ, Justino - Batlle - Héroe Civil. Montevideo, 1945. ps. 155 e 156.
11. MARTINEZ, Ricardo Ces - El Uruguay Batllista. Montevideo, 1962, p. 28.
12. Id. p. 35.
13. Id. Ibid., p. 35

14. PINTOS, Francisco R. - Batlle - El Proceso Histórico del Uruguay. Montevideo, 1946. p. 31 e 32.
15. MARTINEZ CEZ, Ricardo. - Opus., Cit., p. 35
16. Id. p. 35
17. CLAPS, Manuel A. (Com a colaboração de Mario Daniel Lamas) JOSÉ BATLLE y ORDOÑEZ - Estudio Preliminar Selecccion Documental. Montevideo, 1979. ps. 6 e 7
18. BARRAN, José Pedro y NAHUM Benjamin. 1895-1904 - Recuperación y Dependência. Montevideo, 1973. p. 106
19. Cf. Datos extraídos de Enrique Mendez Vives, obra citada, cifras redondeadas, em miles de pesos.

<u>Año</u>	<u>Exportaciones</u>	<u>Importaciones</u>
1893	27.681	19.672
1894	33.480	23.800
1895	32.544	25.386
1896	30.403	25.530
1897	29.320	19.512
1898	30.310	24.784
1899	36.602	25.653
1900	29.442	23.978
1901	27.763	23.692
1902	33.660	23.517

20. CLAPS, Manuel A. - Opus., Cit., p. 3.